

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL**

Natasha Carvalho Zabiela

**A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO NO MUNICÍPIO DE
PORTO ALEGRE/RS: UMA ANÁLISE DIAGNÓSTICA.**

Porto Alegre

2017

Natasha Carvalho Zabiela

**A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO NO MUNICÍPIO DE
PORTO ALEGRE/RS: UMA ANÁLISE DIAGNÓSTICA.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Almeida Costa.

Porto Alegre

2017

Natasha Carvalho Zabiela

**A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO NO MUNICÍPIO DE
PORTO ALEGRE/RS: UMA ANÁLISE DIAGNÓSTICA.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Almeida Costa.

Conceito Final: _____

Aprovado em: 15 de janeiro de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Convidada: Ana Mercedes Sarria Icaza

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Almeida Costa

Mas graças a Deus, que nos dá a vitória por meio de nosso Senhor Jesus Cristo. Portanto, meus amados irmãos, mantenham-se firmes, e que nada os abale. Sejam sempre dedicados à obra do Senhor, pois vocês sabem que, no Senhor, o trabalho de vocês não será inútil.

1 Coríntios 15:57-58

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade de receber gratuitamente ensino público de qualidade, e ao corpo docente da Escola de Administração, principalmente na figura dos Professores Pedro de Almeida Costa, Aragon Érico Dasso Junior, Ana Mercedes Sarria Icaza, Sueli Maria Goulart Silva, Diogo Joel Demarco, Fábio Meira e aos demais professores que tanto contribuíram para a minha formação acadêmica.

Ao Professor Pedro de Almeida Costa, meu orientador, pelo incentivo, sugestões, apoio incondicional e fundamental para a conclusão do meu curso de graduação, além do conhecimento e experiências transmitidas.

Aos meus pais, Marilene Carvalho e Valdir Zabiela, pelo apoio, suporte, auxílio e por compreender as minhas ausências, e, em especial, as minhas amadas tias: Maria Ivone Carvalho, Loreci Carvalho, Terezinha Félix, Santa Carvalho, Geci Carvalho, Eliane Zabiela e Neusa Rejane Zabiela.

Ao meu grande amor Alex Rodrigues que esteve presente em todos os momentos, pelo carinho, paciência, compreensão, subsidiando de todas as formas na realização deste trabalho.

Aos colegas do SINDIHOSPA, especialmente ao Senhor Tibiriçá Rodrigues e à Senhora Alessandra Dewes, pelo apoio na realização deste curso e pela compreensão nos momentos em que precisei me ausentar.

Aos meus amados afilhados, Lucas Borges, Marcelo Borges, Jhenifer Carvalho, Jayson Camargo, Maria Fernanda de Carvalho, Manuela Camargo, Mariah Cejas, Natália Carvalho, Ana Paula Steffens, Alice Goulart e, as amigas Maria de Fátima Mota, Gimena Gimenez, Aline Barcellos, Priscila Rocha e Yasmin Langone, que enchem a minha vida de alegria.

In memoriam de minha vó Geni Izolina Zabiela que tanto me incentivou a ingressar na Universidade.

A Deus, à Santa Ana, Nossa Senhora dos Navegantes e aos Santos Anjos da Guarda, minhas fontes de fé, inspiração e gratidão.

RESUMO

A desigualdade e a exclusão social são características históricas na sociedade brasileira. A Constituição Federal Brasileira de 1988 representa um marco em termos de legislação visando assegurar direitos sociais, e a partir daí Políticas Públicas têm sido implementadas visando corrigir este quadro. O governo de Dilma Rousseff, em junho de 2011, lançou o Programa Brasil Sem Miséria – BSM com três eixos de atuação. O eixo inclusão produtiva tem por finalidade propiciar o acesso da população em extrema pobreza às oportunidades de ocupação e renda. O presente trabalho tem como foco o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho – que propicia a execução de ações de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade ao mundo do trabalho, por meio do acesso à qualificação profissional, intermediação de mão de obra, economia popular e solidária. O objetivo deste estudo é identificar até que ponto a realização do programa ACESSUAS Trabalho, foi efetivo na inserção laboral do público atendido, no Município de Porto Alegre em sua edição 2013-14. Para realização deste estudo se recorreu à análise através da aplicação de estudo de caso. Empreendeu-se um estudo qualitativo baseado em entrevistas, documentos e observação, contemplando o conhecimento sobre as percepções dos sujeitos pesquisados acerca do objeto de investigação. Quanto à etapa de coleta de dados primários, foi utilizada a técnica de entrevistas com roteiro semiestruturado, com representantes das entidades que participaram da implantação e implementação do Programa; e, quanto aos dados secundários, análise documental. Percebe-se, a partir da análise realizada sobre dados empíricos pesquisados, que, no período do estudo, dois mil participantes concluíram cursos técnicos via PRONATEC, entretanto não houve um monitoramento quanto aos dados de ingresso destas pessoas no mercado de trabalho. Sugere-se, para a próxima edição do Programa, a realização de melhorias visando alcançar todos os objetivos propostos e, assim, garantir o ingresso de um maior número de beneficiários da assistência social ao mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: ACESSUAS Trabalho; Políticas Públicas; Assistência Social.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
FIGURA 2 - OS TRÊS MOMENTOS DA AVALIAÇÃO.....	18
FIGURA 3 - FLUXO DE ATUAÇÃO ACESSUAS TRABALHO.....	28
FIGURA 4 – APRESENTAÇÃO QUANTITATIVA PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO	43

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO PROPORCIONADO PELO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO.....	26
QUADRO 2 - RELAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTO ALEGRE – RS.....	30
QUADRO 3 - AÇÕES ESPERADAS DA EQUIPE DE TRABALHO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO.....	32
QUADRO 4 - APONTAMENTO DE PROBLEMAS DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS

ACESSUAS Trabalho – Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
ADL – Agente de Desenvolvimento Local
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada
BSM – Plano Nacional Brasil Sem Miséria
CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEF – Caixa Econômica Federal
CF88 – Constituição Federal de 1988
CGU – Controladoria Geral da União
CIT – Comissão Intergestores Tripartite
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DF – Distrito Federal
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FASC – Fundação de Assistência Nacional e Cidadania
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTAS – Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFs – Institutos Federais de Ciência e Tecnologia
IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MEI – Microempreendedor Individual
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NOB – Norma Operacional Básica

ONG – Organização Não Governamental

PAIF – Serviço de Atendimento Integral a Família

PBF – Programa Bolsa Família

PEA – População Economicamente Ativa

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.

PNAS – Política Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROJOVEM – Programa Unificado de Juventude

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Programa Saúde na Escola

RH – Recursos Humanos

SAFS – Sistema de Administração Federal Sul

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SMED – Secretaria Municipal de Educação

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	15
2.2 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	17
2.3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	18
2.4 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	21
2.5 PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO	27
2.6 O PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO EM PORTO ALEGRE	31
3 METODOLOGIA.....	36
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	39
4.1 PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.....	39
4.2 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	46
4.3 SUGESTÕES DE MELHORIA	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
APÊNDICE A – RELATÓRIO DE TRABALHO QUINZENAL CRAS	58
APÊNDICE B – DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PELOS CRAS.....	59
APÊNDICE C – FICHA DE ACOMPANHAMENTO PARTICIPANTES ACESSUAS TRABALHO.....	57
ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA ONG:	63
ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA CRAS:	64
ANEXO III - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA FASC:....	65

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade e a exclusão social são fortes características da sociedade brasileira. Desde os anos 1990 o Brasil passa por um processo de retomada do crescimento e desenvolvimento econômico e social, no entanto, o foco sempre esteve relacionado à questão da estabilidade econômica, a parte social vem sendo relegada a um segundo plano no processo, há uma grande desigualdade na distribuição de renda, contudo existe uma legislação que assegura os direitos sociais.

Com o advento da Constituição Federal Brasileira de 1988 – CF88, iniciou-se a construção de um novo entendimento acerca da Assistência Social, que passou a tornar-se obrigação de todos os entes federados, de forma descentralizada e compartilhada. Ela prevê que todo o cidadão possui direitos e deveres, os quais visam garantir a ordem da sociedade, e apresenta a assistência social como uma política pública que será prestada a quem necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, conforme o artigo 203 da CF88 que tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, que comprovem ou não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la promovida por sua família, conforme dispuser a lei, definindo assim os destinatários deste segmento de ordem social.

O artigo 204 da CF88, anuncia que os recursos do orçamento da seguridade social custearão as ações governamentais na área da assistência social. De acordo com o artigo 195 da CF88, que salienta as diretrizes a serem seguidas, com descentralização político-administrativa, cabe à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como às entidades beneficentes e de assistência social; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Mas, ainda que assegurado constitucionalmente, os direitos básicos ainda não foram conquistados por todos os cidadãos e, o governo federal busca desenvolver estratégias de inclusão social.

Para dar conta dos novos direitos assegurados a partir da CF88, o Estado passou a instituir órgãos para administrar a Assistência Social. Em 2004, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, foi instituído através da Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que alterou a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 -

reorganizando toda a política de assistência social brasileira de forma que os objetivos constitucionais supracitados fossem concretizados. Desta forma, Estados e Municípios passaram a reestruturar o seu respectivo sistema, de modo a substituir o caráter assistencialista vigente, para a execução de uma política pública efetiva de assistência social.

O Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seus mandatos (1995 - 2002) instituiu Programas de Transferência de Renda – PTR denominados de Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação. Tais programas foram ajustados na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, que enfatizou o compromisso de buscar reduzir a pobreza, o analfabetismo e a desigualdade social, na tentativa de levar o Brasil rumo ao desenvolvimento econômico social. O momento histórico foi marcado, principalmente, por mudanças qualitativas em direção à construção de uma Política Pública de Transferência de Renda de abrangência nacional. Segundo Silva, Yazbek, e Giovanni (2014, p. 143) os PTR são “aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independentemente de prévia contribuição, à famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda *per capita* familiar”.

O Governo Lula, em seu mandato (2003 - 2011) implantou alguns programas sociais, sendo o principal deles o Programa Bolsa Família – PBF, criado pela Lei Nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, que foi a unificação dos programas de transferência de renda do governo anterior. Sua sucessora, Dilma Vana Rousseff (2011-2016), na linha dos programas sociais, criou, por meio da Lei Nº 12.513/11, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – PRONATEC, “com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”. O Programa está integrado ao Plano Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM), com o intuito de expandir a oferta de cursos técnicos e de curta duração, gratuitos, visando o ingresso no mercado de trabalho de seus alunos (Brasil, 2011).

O Plano Brasil Sem Miséria visava não apenas a qualificação profissional, mas também a articulação com um conjunto de outras políticas que incentivassem a geração de renda no país, com prioridade aos usuários da Assistência Social (MDS, 2014). Dentre essas políticas, está a intermediação de mão de obra (em parceria com as agências do Sistema Nacional de Emprego: o SINE), o estímulo ao microempreendedorismo individual e à economia solidária (através da parceria com as unidades do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE espalhadas pelo país) e a oferta do microcrédito produtivo orientado (fornecido por bancos públicos brasileiros).

Diante do surgimento dessas políticas e da necessidade de assegurar o atendimento ao público-alvo prioritário que são os beneficiários dos Programas Federais de Transferência de Renda, asseguradas também vagas para indígenas, quilombolas, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e pessoas inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, o Conselho Nacional de Assistência Social, através da Resolução 18, de 24 de maio de 2012, instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho. Desta forma surgiu um importante marco dentro da Assistência Social: a criação de um conjunto de medidas específicas, com financiamento próprio, voltadas para cumprir as metas de qualificação profissional e inclusão produtiva das pessoas atendidas pela Assistência Social.

O Programa ACESSUAS Trabalho, objeto de estudo do presente trabalho, tem por objetivo responder ao seguinte questionamento: como foi implementado o programa ACESSUAS Trabalho, em sua edição 2013-14, no Município de Porto Alegre?

Para responder à questão elaborada, formulou-se como objetivo principal deste estudo: avaliar o processo de implementação do programa ACESSUAS Trabalho na inserção dos moradores do Município de Porto Alegre ao mundo do trabalho. Desta forma, foram delimitados os objetivos específicos:

- 1) Apresentar o programa ACESSUAS Trabalho e descrever o seu processo de implementação no Município de Porto Alegre;
- 2) Descrever e avaliar a relação do estado com as entidades que ofereciam as capacitações;
- 3) Apresentar e discutir os atendimentos do ACESSUAS e a efetiva inserção dos beneficiários no mundo do trabalho;
- 4) Verificar se ocorre o monitoramento dos participantes do programa quanto à permanência no mercado de trabalho.

A pesquisa se justifica pela relevância do programa estudado, que emerge de um contexto em que o governo busca estratégias para corrigir a escassez de emprego no país, através do eixo inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria – BSM, cujo objetivo das ações dentro do Sistema Único da Assistência Social é fortalecer as potencialidades e capacidades dos indivíduos e famílias, propiciando uma melhor inserção no mundo do trabalho e, assim, o aumento da renda familiar. Cabe salientar que ao receber a capacitação o cidadão não deixa de receber os auxílios de transferência de renda.

Do ponto de vista acadêmico, como ainda existem poucos estudos que abordam essa temática, pretende-se contribuir com uma discussão teórica para a avaliação de políticas públicas para geração de emprego e renda, comparando o resultado da análise de dados

coletados dentro do período de vigência (2013 a 2014) quanto à eficácia da implementação do ACESSUAS Trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo são apresentados os conceitos teóricos que embasam o desenvolvimento do trabalho. O estudo tem como objetivo avaliar a efetividade do Programa ACESSUAS Trabalho e, para este fim, são abordadas no referencial teórico: políticas públicas, ciclo de políticas públicas, avaliação e histórico das políticas públicas de trabalho e assistência social. Na sequência, aborda-se o Programa ACESSUAS Trabalho e se especifica o caso estudado.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme definição de Rua (2009, p. 19), políticas públicas “são uma das resultantes da atividade política: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos.” Considerando a afirmação de Rua, devemos entender políticas públicas como conjuntos de ações e decisões, programas e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos e privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

As políticas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam, graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Normalmente estão constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica, da seguinte forma: planos; programas; ações; atividades (Brasil, 2017).

Na língua portuguesa uma única palavra possui diversos significados. Os termos política e políticas públicas são aparentemente muito próximos e para eliminar dúvidas a respeito de suas diferenças, é bastante comum que os autores utilizem os termos em inglês – *politics* e *policy*, segundo Maria da Graça Rua (2009, p.18):

O termo “política”, no inglês, *politics*, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas.

Já o termo *policy* é utilizado para referir-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, *policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política.

Avançando um pouco mais, é possível sustentarmos que as políticas públicas (*policy*) são uma das resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos.

Segundo Teixeira (2002, p. 2), políticas públicas são “diretrizes, princípios norteadores do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. São políticas formuladas em documentos que orientam as ações que envolvem recursos públicos, porém nem sempre há compatibilidade entre os criadores destas políticas e as pessoas a quem estas se destinam.

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação (TEIXEIRA, 2002, p. 5).

Quanto à evolução histórica das políticas públicas, é possível perceber uma origem intimamente relacionada ao surgimento do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), durante o século XIX. Esse modelo, onde o Estado era responsável por oferecer serviços sociais aos cidadãos, foi criado com o intuito de barrar as influências socialistas, que encontravam terreno fértil junto aos trabalhadores europeus.

Em contraposição ao Socialismo, segundo Pereira (2011, p.241):

Dessa forma, o governo da Alemanha adota medidas sociais extremamente avançadas para a época. Foram assumidos pelo Estado: seguro contra enfermidade, seguro contra acidentes de trabalho e pensão por velhice. Essas medidas adotadas por um Estado que até então só havia se preocupado com funções políticas fomentam o bem-estar dos trabalhadores e enfraquecem as reivindicações dos menos favorecidos pelo sistema.

No Brasil, o período 1930-1945, conhecido como Estado Novo, foi o momento da legislação social, com avanço nos direitos sociais e ressignificado da cidadania, através do governo populista de Getúlio Vargas, o “pai dos pobres”¹. Em seu governo foram criados Ministérios do Trabalho e as leis sociais e trabalhistas. A partir desse momento, nota-se a manutenção dos direitos sociais, até mesmo durante os anos de ditadura militar, período em que ocorreu a suspensão dos direitos políticos. Conforme Fernandes (2011) embora tenha ocorrido, durante o período de ditadura militar, uma melhoria nos números dos programas sociais, foram

¹ Conhecido desta forma pelo fato de ter implementado políticas de direitos sociais e trabalhistas.

marcados pelo clientelismo e favorecimento pessoal, ineficiência e corrupção. Estas eram as razões pelas quais as políticas sociais no Brasil não conseguiam atender à maioria de sua população, uma vez que os recursos existiam, mas, muitas vezes, eram desviados no meio do caminho.

As políticas públicas tiveram um incremento considerável a partir da Constituição Federal de 1988, também denominada como “Constituição Cidadã”, pois assegurou a todos os brasileiros direitos e garantias fundamentais. Os municípios passaram a ser os responsáveis pela gestão das políticas sociais de saúde, assistência social e educação básica. Também foi instituída a participação da sociedade no processo de gestão das políticas públicas, por meio de conselhos estaduais e municipais.

2.2 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Existem diversas maneiras de formular as políticas públicas, este estudo abordará o modelo do Ciclo de Políticas Públicas (*policy cycle*) conforme a Figura 1, que percebe o processo como um modelo sistêmico composto por etapas sequenciais e interativas.

Figura 1 - Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: RUA (2009 p.36)

Na primeira etapa, de Formação da Agenda, o problema abordado na política pública é reconhecido, definido e analisado. A partir desta análise, na segunda etapa, a Tomada de Decisão, são elaboradas alternativas para a resolução do problema e, após uma análise de

viabilidade das mesmas, defini-se a forma como o problema será tratado. Na terceira etapa a alternativa escolhida é implementada e começa a ser executada. A partir de sua implementação a política pública também passa a ser monitorada. De acordo com Rua (2009, p. 38) “o monitoramento é um instrumento de gestão das políticas públicas e o seu objetivo é facilitar a consecução dos objetivos pretendidos com a política”. E, segundo Paulo Roberto Motta In: CARAVANTES, 1996, p. 202-203) “a monitoração é a simples produção de informações sobre causas e consequências de políticas e programas”. A última etapa é a de avaliação, busca verificar se a política está alcançando os seus objetivos.

As autoras Baptista e Rezende (2011) entendem que a principal contribuição da ideia do ciclo seja a possibilidade de percepção de que existem diferentes momentos no processo de construção de uma política, apontando para a necessidade de se reconhecer as especificidades de cada um destes momentos, possibilitando maior conhecimento e intervenção sobre o processo político. Além disso, apontam algumas desvantagens apresentadas pelo modelo. Entre elas estão a inevitável fragmentação que a ideia de fases provoca em qualquer análise a ser empreendida, e a concepção de que a política se comporta de forma previsível. Apesar das possíveis desvantagens mencionadas, o ciclo se apresenta como um processo dinâmico, o que sem dúvida significa um avanço no estudo das políticas públicas, pois demonstra a necessidade de permanente atuação por parte do Poder Público.

Este trabalho se propõe a avaliar a política pública no que se refere ao programa ACESSUAS Trabalho, por isso o próximo subtítulo abordará com maiores detalhes, a última etapa do ciclo de políticas públicas: a avaliação.

2.3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Avaliar significa aferir valor, no concernente a avaliação de políticas públicas entendidas por diretrizes e princípios de ação do poder público, o sentido do termo parece ser consensual aos teóricos. Os autores Costa e Castanhar (2003, p. 972) pontuam o propósito da avaliação ampliando os horizontes com alcance às políticas públicas:

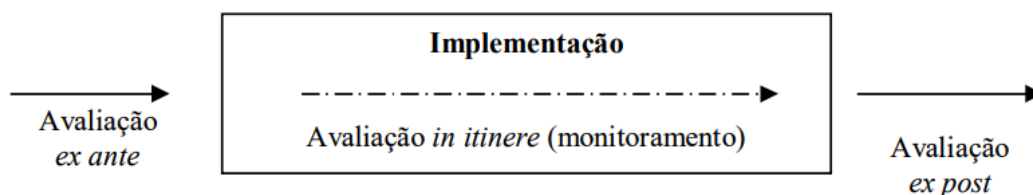
[...] de acordo com a UNICEF (1990), por exemplo, trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos. O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa.

Conforme Motta (In: CARAVANTES, 1996, p. 202-203) o objetivo da avaliação é

[...] concorrer para o aumento da responsabilidade na gestão pública. É através da avaliação que se informa aos dirigentes, legisladores e público sobre a eficácia relativa dos programas públicos. A avaliação é uma forma de verificação do alcance dos resultados, por isso contribui não só para reduzir o risco e a incerteza nas ações administrativas de interferência nas políticas existentes, como também aumenta de forma considerável a possibilidade de controle efetivo sobre programas públicos. Do ponto de vista da gestão, avaliação constitui uma necessidade e não uma opção. Deve ser visto como um instrumento útil para ação. Portanto ela deve ser feita de forma concreta e especializada para cada política pública, para proporcionar ações gerenciais específicas. A avaliação não deve se restringir a classificar êxitos e fracassos de programas ou a julgar informações disponíveis. Para ter efeito de uso prático, a avaliação tem de procurar reconstituir as relações de causa e efeito, reforçando o conhecimento sobre variáveis críticas. Somente assim a avaliação produzirá informações para a decisão e a ação administrativas posteriores.

Seguindo a teoria do ciclo de políticas públicas, a etapa de avaliação visa justificar a validade, o sucesso ou a falha de propostas para a ação pública, postos em prática. Conforme Secchi (2010) existem três tipos de avaliação: *ex ante* (anterior à implementação), *ex post* (posterior à implementação) e a *in itinere* (durante o processo de implementação).

Figura 2 - Os três momentos da avaliação



Fonte: SECCCHI (2010 p. 49)

No processo de formulação de alternativas, a avaliação *ex ante* das possíveis soluções para determinado problema público incide sobre as consequências e os custos das alternativas. Três técnicas auxiliam: as projeções, as predições e as conjecturas. Segundo Secchi (2010), as Projeções têm como base a “prospecção de tendências presentes ou historicamente identificadas”, a partir de dados apresentados em séries temporais, dependendo de fontes seguras de informações qualitativas e quantitativas, por exemplo, IDH, crescimento econômico e populacional, arrecadação tributária e etc. Em segundo, as Predições entendem o “aceite de teorias, proposições e analogias”, buscando prever as consequências das diferentes políticas, partindo de axiomas ou pressupostos, indicando possíveis resultados, comportamentos, efeitos econômicos. Exemplos: teorias dos jogos, método Delphi, estimativa *input* versus *output*, programação linear, árvores de decisão, dentre outros. Por fim, as Conjecturas são juízos de

valor “criados a partir de aspectos intuitivos ou emocionais dos *policymakers*”, se aproximando do conhecimento dos *street level bureaucrats* – profissionais que atuam na linha de frente e que têm maior contato com usuários das políticas públicas, exemplos disso são: reuniões, debates, fóruns são meio utilizados para realização de conjecturas, assim como a análise multicritério e o *brainstorming* (SECCHI, 2010, p. 39).

Esta pesquisa se enquadra na avaliação *ex post*, que é aquela realizada ao final do processo, após a implementação, procurando julgar se o que foi planejado foi devidamente executado e se os resultados foram os esperados.

Para Secchi (2010, p.49-50) a avaliação é o momento chave para a produção do *feedback*² sobre as fases antecedentes. É a fase onde os processos de implementação e desempenho da política pública são examinados com o objetivo de “conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou”. O momento aponta para a necessidade de definições sobre critérios, indicadores e padrões (*performance standards*), que possam orientar no julgamento “se uma política pública funcionou bem ou mal”. Os principais critérios usados são:

- Economicidade: refere-se ao nível de utilização de recursos (*inputs*);
- Eficiência econômica: que trata da relação entre *inputs* (recurso utilizados) e *outputs* (produtividade);
- Eficiência administrativa: trata do seguimento de prescrições, ou seja, do nível de conformação da execução a métodos preestabelecidos;
- Eficácia: corresponde ao nível de alcance de metas ou objetivos preestabelecidos;
- Equidade: trata da homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições) entre os destinatários de uma política pública.

“Uma conotação jurídica ou legal, conotação técnica ou gerencial e a conotação política” (SECCHI, 2010, p.50), são aspectos que sintetizam os esforços de avaliação. Quando há focalização em aspectos jurídicos, a ênfase recai sobre a verificação de princípios como a legalidade, a eficiência administrativa e os direitos básicos dos destinatários foram atingidos e/ou garantidos. Quanto aos aspectos técnicos gerenciais, a ênfase é dada às metas (eficácia), maximização da utilização de recursos, eficiência econômica. Por último, a conotação política se refere “em aspectos de percepção dos destinatários de políticas públicas”, à própria legitimidade do processo de elaboração de política pública, a participação dos atores nas várias

² *Feedback* é uma palavra da língua inglesa que significa realimentar ou dar resposta a um determinado pedido ou acontecimento.

etapas que envolvem a construção e implementação de uma política pública, “assim como os impactos gerados no macro ambiente” (SECCHI, 2010, p. 50).

Conforme Jannuzzi (2005), a aplicação de critérios para avaliação depende das formas específicas de operacionalização para identificar e quantificar os resultados obtidos. Tal operacionalização é realizada através de indicadores que apontam e traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse, definidas através de escolhas realizadas anteriormente.

Os indicadores são artifícios criados para medir os *inputs*, *outputs* e *outcomes*³ (resultados). Indicadores de *inputs* (entradas do sistema) se relacionam aos gastos despendidos com materiais e empregados. Os *outputs* visam à produtividade de serviços/produtos. Já os indicadores de *outcome* “são relacionados aos efeitos da política pública sobre os *policytakers*” e à resolubilidade apresentada pela política em relação ao problema. Para Secchi, “os indicadores de *input* medem esforços, e os indicadores de *output* medem realizações” (2010, p. 51).

Ainda de acordo com Secchi (2010), a avaliação de uma política pública pode induzir: à continuação na forma em que está, nos casos em que as dificuldades de implementação são baixas; à reestruturação marginal de aspectos práticos, nos casos em que existem adversidades de implementação, mas não são graves o suficiente para comprometer a política pública; ou à extinção da política, nos casos em que o problema público foi solucionado, os problemas de implementação são insuperáveis, ou ainda quando a política pública se torna inútil pelo natural esvaziamento do problema. Sobre a extinção, o autor complementa dizendo que:

Similarmente ao nascimento, a extinção de políticas públicas também depende de janelas de oportunidade. Momentos como reformas ministeriais, mudanças de mandato executivo e legislativo e aprovação de orçamentos são ocasiões raras, passageiras e pontuais, em que políticas públicas aparentemente inócuas podem ser extintas ou substituídas por outras. (SECCHI, 2010, p. 54)

2.4 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Buscando apresentar a atual situação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil é mister trazer um breve histórico de suas origens e desenvolvimento.

Getúlio Vargas foi Presidente da República por 15 anos contínuos, iniciando seu governo na Revolução de 1930. Este período histórico foi nominado por “Era Vargas” e

³ Busca a satisfação pública, qualidade dos serviços, acessibilidade da política pública, número de reclamações recebidas, cumprimento das diretrizes pelos agentes públicos, receitas geradas pela prestação de serviços etc. (SECCHI, 2010, p. 51).

dividido em três momentos: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937); Estado Novo (1937-1945). A partir de novembro de 1937 Vargas deu continuidade na instituição da política trabalhista com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT publicou o Código Penal e o Código de Processo Penal. Além disso, foi responsável pelas concepções da carteira de trabalho, da Justiça do Trabalho, do salário mínimo e pelo descanso semanal remunerado.

Famoso pelos seus discursos no dia do trabalho, primeiro de maio, Vargas anunciou no ano de 1943 que, a partir de então, todos os trabalhadores, exceto os rurais, domésticos, servidores e empregados públicos seriam regidos pela CLT. Nesta mesma data foi promulgada também a criação da Justiça do Trabalho, da Lei Orgânica da Previdência Social e do Salário Adicional para a Indústria. O decreto, que passou a regular as relações entre empregadores e empregados, entrou em vigor no dia 10 de novembro do mesmo ano. Em reportagem publicada pelo Jornal do Brasil em dois de maio de 1943, foi relatado que o presidente declarou que para a elaboração da nova legislação trabalhista ele buscou o equilíbrio entre o capitalismo e o socialismo. "As nossas realizações em matéria do amparo ao trabalhador constituem um corpo de normas admiradas e imitadas por outros países. Para atingir esse objetivo não desencadeamos conflitos ideológicos nem transformamos o Estado em senhor absoluto e o trabalhador em escravo", dizia Vargas durante o discurso que reuniu mais de 100 mil trabalhadores (TAVARES, 2013, p.1).

O final da II Guerra Mundial assinalou no Brasil o fim do Estado Novo e o início do processo de redemocratização do país. Neste momento consolidou-se a ação do Estado já delineada no período anterior, com investimentos diretos em setores produtivos básicos, dotando o país de importantes complexos industriais nos ramos de mineração, petróleo, geração e transmissão de energia elétrica, siderurgia e química básica. Na década de 1940 foram criadas a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Nacional de Álcalis. Já no início dos anos 1950 foi estabelecido o monopólio estatal de petróleo e criada a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS (FLEURY e FISCHER, 1992).

Segundo Fleury e Fischer (1992) o Estado passou também a intervir diretamente sobre a questão da formação profissional. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI foi criado na década de 1940 em convênio com a Confederação Nacional das Indústrias – CNI, objetivando organizar e administrar as escolas de aprendizagem industrial e fornecer programas de treinamento para a indústria e construção civil.

O Sistema S foi criado durante os anos de 1940, consistindo em uma combinação de organizações públicas não estatais que oferecem educação, formação profissional, assistência

técnica e social e atividades socioculturais e de lazer. O primeiro S foi criado em 1942 para se adequar às necessidades e interesses da indústria: o SENAI, operado por entidades autônomas de associações de empregadores, a Confederação Nacional da Indústria – CNI e a Federação das Indústrias dos Estados, apesar de estar formalmente vinculado ao Ministério do Trabalho. Em 1946 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, para a aprendizagem no setor comercial. O conceito deste sistema é amplamente debatido pelos intelectuais da administração, e no entender de Hely Lopes Meireles (2005, p. 336):

[...] são serviços sociais autônomos, instituídos por lei, com personalidade jurídica de direito privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotação orçamentária ou contribuições parafiscais. São entes paraestatais de cooperação com o Poder Público, com administração e patrimônio próprios, revestindo-se na forma de instituições convencionais particulares (fundações, sociedades civis ou associações) ou peculiares ao desempenho de suas incumbências estatutárias.

A década de 1950 foi marcada pela elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional através de definição de espaços de atuação, lutas e alianças entre o capital estatal e os privados, nacional e multinacional. Na construção civil iniciaram grandes obras, dentre elas a construção da capital brasileira. Estabeleceu-se uma aliança entre governantes, burocracia estatal e alguns segmentos empresariais do setor que, a partir dessa época, passaram por processo de centralização e concentração de capitais (VARGAS, 1988).

As primeiras políticas de proteção ao trabalhador começaram a ser implantadas no Brasil, apenas na década de 1960. Conforme Tafner (2006, p. 398), este período foi marcado pelo incremento da população, pela migração rural e pelo crescimento das cidades, o que provocou uma expansão substancial da mão de obra disponível nos grandes centros urbanos. O autor destaca que:

As altas taxas de crescimento econômico do período possibilitaram a incorporação de parcelas expressivas da População Economicamente Ativa – PEA, ao mercado formal de trabalho, sobretudo no setor industrial e nos aparelhos de Estado. Em um período em que a economia mundial vivia um surto de crescimento econômico sem precedentes, acreditava-se no Brasil que a melhoria das condições de vida da população seria consequência direta do crescimento econômico. O desemprego existente era entendido como uma imperfeição decorrente do baixo nível de desenvolvimento econômico que marcava o país. O predomínio dessa concepção parece explicar a quase ausência no Brasil de programas públicos de emprego e renda ainda no decorrer dos anos 1960 e 1970 (TAFNER 2006, p. 398).

Chegaram os anos 1990 e o sistema público de emprego ainda não havia se consolidado no Brasil; a ausência de estabilidade para financiamento das políticas públicas de emprego limitou o seu alcance. No entanto, havia o apoio de reinserção do trabalhador ao mercado de trabalho por meio da rede de agências do SINE quanto o seguro desemprego. O Programa do

Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda – SPERT, teve um alcance limitado na época, por falta de fontes de financiamento, posteriormente a arrecadação do PIS/PASEP passou a financiá-lo. Destacamos que segundo a Resolução 506/07, art. 1º e 2º do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, este Programa:

[...] compreende um conjunto de políticas públicas que, sob o controle social tripartite e paritário, buscam maior efetividade na colocação dos trabalhadores na atividade produtiva, visando a inclusão social, nas cidades e no campo, via emprego, trabalho e renda, mediante ações de habilitação ao seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, qualificação social e profissional, orientação profissional, certificação profissional, fomento a atividades autônomas e empreendedoras individuais ou coletivas, estudos do mercado de trabalho e outras funções definidas pelo CODEFAT que visem à inserção de trabalhadores no mercado de trabalho.

No período do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) houve redução nos gastos com políticas sociais, na ordem de 50 para 43 bilhões segundo (Médici 1995) como estratégia de um ajuste fiscal. Deixou como herança na área social “um conjunto de programas e políticas caracterizados pelos traços de fragmentação, clientelismo, centralização dos recursos no nível federal, e com baixo poder de combate à pobreza e à desigualdade”. (Castro e Junior, p. 267).

Foi durante o governo Itamar Franco (1993-1994) que iniciou a implementação da legislação social infraconstitucional, “formada por leis orgânicas – da Previdência Social, da Assistência Social, da Função Social da Propriedade Fundiária –, além de se estabelecerem discussões e compromissos assumidos em torno da educação básica”. (Castro e Junior, p. 267). As políticas citadas construíram o centro da política social brasileira, que é fundamentada em direitos de cidadania e do trabalho.

No governo de Fernando Henrique Cardoso foi instituído o Programa Vale Cidadania, posteriormente denominado de Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, a necessidade de instituição do Programa surgiu das constantes denúncias sobre o trabalho escravo a que muitas crianças eram submetidas em Estados brasileiros. O objetivo era de retirar crianças e adolescentes menores de 16 (dezesseis) anos do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos. A PETI assegura a transferência de renda direta às famílias, oferece a inclusão das crianças e dos jovens em serviços de orientação e acompanhamento. Além deste Programa principal, ao final do governo de FHC houve a chamada “proliferação” de programas assistenciais.

O Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER e Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR foram os principais programas do governo FHC visando o aumento de emprego e renda da população brasileira. Podemos destacar também o PROEMPREGO para apoiar projetos de investimento em infraestrutura, visando o aumento de oportunidades de emprego; o Sistema Nacional de Emprego – SINE, para atendimento integrado ao trabalhador; Abono Salarial para visando assegurar a destinação de recursos do PIS/PASEP aos trabalhadores de baixa renda e o Programa de Crédito Produtivo Popular que buscava novos mecanismos de financiamento, por meio do BNDES, para geração de ocupação e renda (BECKER, 2004, p.25).

Na primeira década do ano 2000, a chegada de Luís Inácio Lula da Silva ao poder presidencial empreendeu uma transformação muito significativa. Em 2002 venceu a disputa eleitoral contra José Serra, sagrando-se presidente, e, em 2006, foi reeleito contra Geraldo Alckmin. Como Presidente do Brasil, seu governo caracterizou-se pela estabilidade econômica, favorecendo o investimento e o crescimento do país, conseguindo diminuir a dívida externa em cerca de 168 bilhões de reais, mas acabou aumentando a dívida interna. Seu governo foi marcado por políticas e ações de caráter social, auxiliando a fatia mais humilde da população.

O principal programa social implantado pelo governo Lula foi o Programa Bolsa Família – PBF, através da Lei Nº 10.836/2004, que visou contribuir para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Está dividido em três eixos principais: complemento da renda, através de transferência direta via Caixa Econômica Federal – CEF; acesso a direitos desde que, cumpram com as condicionalidades que tem por objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social; articulação com outras ações, tem a capacidade de articular políticas sociais buscando estimular o desenvolvimento das famílias. Além do PBF foram criados também, Programa Luz para Todos, Programa Brasil Alfabetizado, Educação de Jovens e Adultos – EJA e Programa Universidade Para Todos – PROUNI.

Dilma Rousseff assumiu a presidência do Brasil, na sequência, em janeiro de 2011, um fato histórico, pois foi a primeira vez que uma mulher disputou e alcançou o poder no país. Lançou em junho de 2011, o Programa Brasil Sem Miséria – BSM, com a finalidade de erradicar a extrema pobreza das famílias que ganham até R\$ 77,00 (setenta e sete reais) por mês, criando assim oportunidades para elevar a renda dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Para viabilizar as ações, o Plano BSM está organizado em três eixos: a garantia de renda “para alívio imediato da situação de pobreza”; o acesso a serviços públicos “para

melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias” e a inclusão produtiva “para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade” (BRASIL, MDS, 2014).

O BSM articulou serviços sociais com ações de inclusão produtiva e ações de combate à insuficiência alimentar, nutricional e de renda. Para tanto, construiu estratégias para a superação da baixa escolaridade e qualificação profissional, de modo a lidar com a fragilidade de inserção no mundo do trabalho, ao tempo em que fortaleceu a proteção social e implementou ações para lidar com o acesso precário à água, à energia elétrica, à saúde e à moradia. Com isto, o Plano envolveu 22 (vinte e dois) ministérios, além de articular parceria de estados e municípios e estabelecer interação com bancos públicos, setor privado e sociedade civil. A coordenação do programa ficou a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e adotou como critério para o acesso aos programas sociais o Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico⁴, utilizando-o como ferramenta chave para identificar a realidade socioeconômica das famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou com renda mensal total de até três salários mínimos (BRASIL, MDS, 2014).

Segundo o MDS o objetivo das ações de inclusão produtiva dentro do Sistema Único da Assistência Social – SUAS é fortalecer as potencialidades e capacidades dos indivíduos e famílias, propiciando uma melhor inserção no mundo do trabalho e o aumento da renda, estimulando a geração de ocupação e sustentação financeira. Respaldo nos princípios do empreendedorismo e da economia solidária, a oferta de cursos de qualificação profissional e intermediação de mão de obra tem como finalidade atender às demandas nas áreas públicas e privadas voltadas, em especial, ao público prioritário da Assistência Social. Portanto, diante do direcionamento de uma política focalizada na inclusão produtiva, o indivíduo em situação de pobreza, é encaminhado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, criado em 2011, por meio da Lei 12.513, que vem se consolidando através da oferta de cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas entre 16 a 59 anos, prioritariamente para aqueles que estejam inscritos no CadÚnico.

Conforme o sítio eletrônico do Ministério da Educação – MEC, os objetivos do PRONATEC são os seguintes:

I - expandir, interiorizar e democratizar a **oferta de cursos de educação profissional técnica** de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação

⁴ Instituído por meio do Decreto Nº 3.877 de 24 de julho de 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso. O instrumento de cadastramento tem por finalidade a utilização por todos os órgãos públicos federais para a concessão de programas focalizados do Governo Federal de caráter permanente.

inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a **expansão da rede física de atendimento da educação** profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da **articulação com a educação profissional**;

IV - ampliar as **oportunidades educacionais dos trabalhadores**, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de **recursos pedagógicos** para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as **políticas de geração de trabalho, emprego e renda**. (grifos do autor)

O Plano Brasil Sem Miséria – criado pelo Governo Federal e ainda vigente - se apresenta como uma das principais estratégias para melhorar a inserção dos usuários da assistência social no mundo do trabalho. Considerando isto, a inclusão produtiva está atrelada à Política de Assistência Social através do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho, responsável pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para acesso aos cursos de qualificação profissional e demais ações de inclusão produtiva, visando à inserção dessa parcela da população ao mundo do trabalho, o programa é o objeto deste estudo.

2.5 PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho tem a finalidade de promover o acesso dos usuários da Política de Assistência Social ao mundo do trabalho. Sua vigência de execução foi no período de 2012 a 2014 com pactuação e deliberação de metas anuais. Atualmente alguns municípios estão habilitados para retomar o programa em 2018.

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS estabeleceu, na Resolução N° 33/2011, que a promoção da integração ao mercado de trabalho, deve ser entendida como integração ao mundo do trabalho, por ser um conceito mais amplo e adequado aos desafios da assistência social, considerando que só será alcançado mediante ação intersetorial de diversas políticas públicas.

A iniciativa se materializou em um conjunto de ações de articulação com políticas públicas de trabalho, emprego e renda e de mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social para acesso a oportunidades e políticas afetas ao trabalho e emprego. Instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social, através da Resolução N° 18, de 24 de maio de 2012, o Programa foi implementado em parceria com as Secretarias de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal, que se

responsabilizaram pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para ações de inclusão produtiva (BRASIL, 2012).

Conta ainda com apoio das secretarias estaduais de assistência social, que orientam tecnicamente na oferta de políticas de inclusão no mundo do trabalho para os usuários da assistência social. Segundo a cartilha de orientações técnicas do programa

O acesso ao mundo do trabalho não é responsabilidade exclusiva da assistência social. É o resultado de uma intervenção intersetorial e da articulação de políticas comprometidas com a qualificação técnica profissional, a intermediação pública de mão-de-obra, a economia solidária, o microcrédito produtivo e orientado, o acesso a direitos sociais, entre outras. (BRASIL, 2012, p. 7).

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2011), dentre os objetivos do ACESSUAS figuram: a orientação aos usuários da política nacional de assistência social sobre questões afetas ao mundo do trabalho, a promoção de atividades que possibilitem aos cidadãos o reconhecimento de suas potencialidades, a viabilização do acesso dos usuários atendidos a direitos e serviços, o acompanhamento da trajetória dos usuários no mundo do trabalho.

O público alvo do programa são as populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade ou risco social, com idade entre 16 a 59 anos. Estes precisam estar inscritos no CadÚnico, beneficiários do PBF, Beneficiários de Prestação Continuada – BPC e/ou situação de extrema pobreza, pessoas com deficiência, jovens egressos do Programa Unificado de Juventude – PROJOVEM e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, adolescentes e jovens egressos de medidas socioeducativas, famílias com presença de situação de trabalho infantil, população em situação de rua, famílias com crianças em situação de acolhimento provisório, e famílias que vivem em territórios de risco, decorrente do tráfico de drogas, egressos do sistema penal, pessoas retiradas do trabalho escravo, mulheres vítimas de violência, adolescentes vítimas de exploração sexual, comunidades e povos tradicionais, dentre outros, para atender especificidades territoriais. O quadro abaixo ilustra as possibilidades de articulação do ACESSUAS.

Quadro 1 - Possibilidades de Articulação proporcionado pelo Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho

Articulação da rede socioassistencial visando a integração de programas e serviços dentro do SUAS:	Articulação com demais políticas públicas:
PAIF – responsabilidades diferenciadas no acompanhamento familiar; SCFV; BPC Trabalho; PSE.	Educação; Saúde; Trabalho; Cultura.
Articulação com atores de inclusão produtiva presentes no território:	Articulação com oportunidades de inclusão produtiva presentes no território:
Estratégia nacional de inclusão social e produtiva/MDSA; ADL – SEBRAE; Sistema S.	Cursos de qualificação profissional; Aprendizagem; MEI; Economia Solidária; Órgãos de intermediação de mão de obra.

Fonte: Sítio Eletrônico do MDS (2016) adaptado pela autora.

A Resolução do CNAS Nº 05, de 13 de março de 2013, versa sobre os critérios para escolha dos municípios elegíveis para adesão ao ACESSUAS Trabalho: as cidades que aderiram ao PRONATEC/BSM com pactuação mínima de 200 vagas; habilitadas em gestão básica ou plena do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; possuam Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, implantado e em funcionamento. As metas serão pactuadas anualmente pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT (BRASIL, 2012, p.36).

A respeito da gestão, os municípios são os executores do ACESSUAS Trabalho. Para tal, a Secretaria de Assistência Social do Município ou Distrito Federal – DF, responsável pela gestão do ACESSUAS Trabalho, deve:

1. Aderir ao Programa;
2. Realizar o planejamento das ações do Programa, definir as ações a serem executadas e as prioridades, por parte do governo, relativas às ações de articulação necessárias;
3. Garantir a execução das atividades do Programa;
4. Monitorar o cumprimento das metas pactuadas;
5. Gerenciar os recursos do Programa, recebidos por meio do Fundo de Assistência Social – FNAS;
6. Realizar a Prestação de Contas junto ao FNAS;
7. Prestar informações ao MDS.

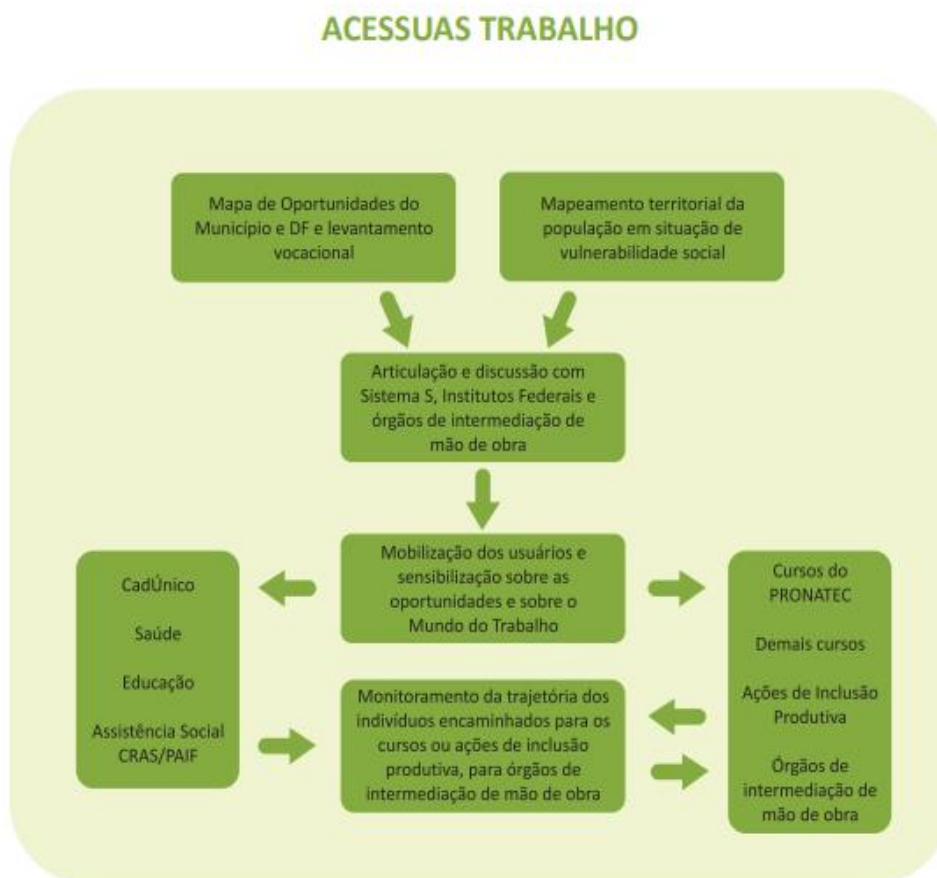
Os recursos financeiros para execução do Programa foram repassados anualmente, fundo a fundo⁵, automaticamente em duas parcelas, após a adesão do município. Para isso o gestor municipal deve por meio do sistema informatizado do MDS, realizar a habilitação e também a manifestação do Conselho Municipal e do DF de Assistência Social aprovando a adesão do respectivo ente ao ACESSUAS TRABALHO que passará a fazer parte do plano de ação anual.

As atividades do Programa podem ser realizadas direta ou indiretamente pela Secretaria de Assistência Social do município ou DF. O município pode optar pela realização de convênio firmado, com organizações, de acordo com a regulação do SUAS, desde que estejam inscritas no respectivo Conselho de Assistência Social. No caso de Porto Alegre optou-se por realizar convênio, e, em setembro de 2013, foi aberto edital de seleção pública, onde, ao final do processo, a ONG Associação de Moradores da Vila Esperança Cordeiro foi a contemplada.

O Programa possui três eixos fundamentais: mobilização, encaminhamento e monitoramento da trajetória do usuário, que aliados ao Mapa de ofertas e oportunidades compõem as atividades da equipe de referência do ACESSUAS TRABALHO. A figura abaixo ilustra o fluxo de atuação do Programa para maior esclarecimento.

⁵ De acordo com a definição da Controladoria Geral da União - CGU, a transferência fundo a fundo é um instrumento de descentralização de recursos disciplinado em leis específicas, que se caracteriza pelo repasse diretamente de fundos da esfera federal para fundos da esfera estadual, municipal e do Distrito Federal. (Brasil, 2012, p. 32).

Figura 3 - Fluxo de atuação Programa ACESSUAS Trabalho



Fonte: Cartilha (ACESSUAS Trabalho, 2012, p. 28).

2.6 PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO EM PORTO ALEGRE

Nesta subseção será apresentada a estrutura governamental para o caso estudado: o município de Porto Alegre, onde os programas de assistência social estão sob a responsabilidade da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC.

No ano de 2000, com a publicação da Lei Nº 8.509, a Fundação de Educação Social – FESC entidade gestora da Política de Assistência Social passou a ser denominada Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, tornando-se responsável pela formulação, gestão e execução da política de Assistência Social. A Prefeitura do município de Porto Alegre passou a responder diretamente, conforme as orientações da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (BRASIL, 1993), e passou a oferecer programas e serviços à população em situação de vulnerabilidade social. Estes seguem os eixos propostos pelo SUAS e são de competência da Diretoria Técnica composta por três áreas: a Coordenação da Rede Básica, a Coordenação da Rede Especializada e a Coordenação Técnica Administrativa de Convênios.

A Fundação trabalha através de uma rede socioassistencial própria e também conveniada com organizações da sociedade civil, com a finalidade de atingir as diretrizes e princípios da Política Nacional de Assistência Social. A gestão da instituição se caracterizou como plena, o que lhe diferenciou de municípios com gestão básica⁶, e lhe exigiu maiores responsabilidades em função de ações que demandam maior complexidade. Com o Plano Plurianual para o quadriênio 2010-2013, foram implementados 22 (vinte e dois) Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, distribuídos em 15 (quinze) regiões da cidade, privilegiando os níveis mais elevados de vulnerabilidade social e de risco da população (FASC, 2010).

O CRAS é um espaço físico público, estatal, responsável pela execução do Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF, criado pelo MDS, em 2004, como a principal ferramenta da Proteção Social Básica – PSB, a fim de garantir recursos financeiros, diretrizes e metodologias para o funcionamento dos centros de referência. O PAIF tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco sociais nos territórios por meio de atendimentos focados na garantia de direitos, na vigilância social e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (MDS, 2006, 2009); os CRAS possuem uma equipe de trabalhadores da política de assistência social responsáveis pela implementação de serviços e projetos de proteção social básica, esse conjunto de trabalhadores é denominado “equipe de referência do CRAS” e sua composição é regulada pela NOB-RH\SUAS⁷.

A atuação do CRAS se dá no âmbito das famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. A equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, e articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios. Ele é responsável por encaminhar os cidadãos para os devidos programas de assistência social. A Tabela abaixo descreve as nove regiões de Porto Alegre, os diferentes CRAS, com o respectivo codinome utilizado pela autora e o endereço.

⁶ Conforme estabelecido na PNAS (BRASIL, 2004), a gestão da Assistência Social pode ocorrer a partir de três níveis, o inicial, o básico e o pleno. A gestão municipal inicial prevê o atendimento de requisitos mínimos, como a existência e funcionamento do conselho, do fundo e de planos municipais, além da gestão da Proteção Social Básica com recursos próprios; na gestão municipal básica o município assume a gestão da proteção social básica com plena autonomia; já a gestão municipal plena, implica na gestão do município em todas as ações socioassistenciais.

⁷ Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema único de Saúde. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf>. Acesso em: 06 de dez. de 2017.

Quadro 2 - Relação de Centros de Referência de Assistência Social em Porto Alegre - RS

Região	CRAS	Identificação	Endereço
Restinga / Extremo Sul	Restinga	CRAS A	Rua Economista Nilo Wülff, S/ N° - Vila Restinga - CEP 91790-000
	Extremo Sul	CRAS B	Rua Gumercindo de Oliveira, N° 23 – Loteamento Chapéu do Sol
	Restinga 5ª Unidade	CRAS C	Rua N 2 (dois), N° 20 – 5ª Unidade – Bairro Restinga
Leste	Leste I	CRAS D	Rua São Domingos, N° 79 – Vila Bom Jesus – CEP 91420-270
	Leste II	CRAS E	Rua Emílio Keidann, N° 50 - Bairro Morro Santana – CEP 91450-250
Sul / Centro-Sul	Centro-Sul	CRAS F	Rua Arroio Grande, N° 50 – Bairro Cavallhada – CEP 91740-180
	Hípica	CRAS G	Rua Geraldo Tollens Link, N° 235 – Aberta dos Morros – CEP 91787-214
	Sul	CRAS H	Avenida Serraria, N° 1145 – Serraria – CEP 91770-010
Norte / Noroeste	Noroeste	CRAS I	Rua Irene Capponi Santiago, N° 290 – Vila Floresta – CEP 91040-070
	Norte	CRAS J	Rua Paulo Gomes de Oliveira, N° 200 – Bairro Sarandi – CEP 91120-570
	Santa Rosa	CRAS K	Rua Abelino Nicolau de Almeida, N° 330 – Bairro Rubem Berta – Vila Santa Rosa – CEP 91160-290
Glória / Cruzeiro / Cristal	Glória	CRAS L	Rua Cel. Neves, N° 555 – Bairro Medianeira – CEP 90870-280
	Cristal	CRAS M	Rua Curupaiti, N° 27 – Bairro Cristal – CEP 90820-090
	Cruzeiro	CRAS N	Avenida Niterói, n° 36 – Bairro Medianeira – CEP 90880-270
Lomba do Pinheiro	Lomba do pinheiro	CRAS O	Rua Jaime Rollemberg de Lima, N° 108 – Vila Mapa – CEP: 91540-340
	Partenon	CRAS P	Rua Barão do Amazonas, N° 1959 - Bairro Partenon – CEP 90660-001
Baltazar / Nordeste	Eixo-baltazar	CRAS Q	Rua Josefa Barreto, N° 150 – Bairro Passo das Pedras – CEP 91230-080
	Nordeste	CRAS R	Rua Martin Felix Berta, N° 2357 – Bairro Mario Quintana – CEP 91250-650
	Timbaúva	CRAS S	Avenida Irmão Faustino João, N° 89 – Bairro Rubem Berta – CEP 91250-690
Centro / Ilhas / Humaitá / Navegantes	Centro	CRAS T	Rua Sebastião Leão, N°273 – Bairro Cidade Baixa – CEP 90050-096
	Ilhas	CRAS U	Rua da Cruz N° 5– Ilha dos Marinheiros – CEP: 90090-380
	Vila Farrapos	CRAS V	Rua Maria Trindade, N° 115 – Bairro Farrapos – CEP: 90250-275

Fonte: Elaborado pela autora.

As agências de intermediação de oportunidades de trabalho existem no Brasil desde a década de 1970. O Sistema Nacional de Emprego – SINE foi instituído em 1975, após o chamado Milagre Econômico, período de grande expansão da economia brasileira; em 1990 passa a ser mantido com recursos públicos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; é um programa do Ministério do Trabalho e Emprego, operacionalizado nas agências Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS.

Em Porto Alegre, o SINE Municipal firmou o convênio 111/2006 com a Prefeitura Municipal e o Ministério do Trabalho, e inaugurou sua sede no dia quatro de junho de 2007, estabelecendo-se no Centro Histórico, no mesmo local onde funcionou o primeiro SINE de Porto Alegre, com o objetivo de fazer a intermediação de mão de obra buscando colocar trabalhadores no mercado de trabalho. O atendimento é gratuito aos empregadores que procuram profissionais aptos a preencherem as vagas disponíveis, e aos trabalhadores que buscam oportunidades de emprego. Além disso, é possível: emitir a carteira de trabalho; realizar inscrição em cursos de qualificação profissional; habilitar-se ao seguro desemprego. Destaca-se que este órgão teve participação na execução desta política pública no que tange ao encaminhamento ao mercado de trabalho.

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho tem por objetivo promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social. Essa integração pode acontecer através do emprego formal, do empreendedorismo individual, ou de empreendimentos coletivos de Economia Solidária. As ações envolvem desde a articulação de cursos de qualificação profissional até as iniciativas de Intermediação de Mão de Obra (BRASIL, 2015).

Conforme o projeto disponibilizado pela FASC é objetivo geral do programa “promover a inclusão dos usuários que buscam a assistência social no mundo do trabalho por meio de ações articuladas com o Brasil Sem Miséria, Plano Viver Sem Limites e PRONATEC” (ACESSUAS TRABALHO/PRONATEC, 2013, p.3) e os objetivos específicos são os seguintes: realizar ações de acompanhamento junto aos inscritos no PRONATEC visando garantir o acesso e a permanência nos cursos ofertados; realizar busca ativa nos territórios de referência dos CRAS, com perspectiva do cumprimento das metas pactuadas no convênio do Município com o MDS em relação ao PRONATEC; produzir ações de mobilização para inserção do público da assistência social no programa; acompanhar a trajetória dos indivíduos e famílias na inclusão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho dos usuários da política da assistência (FASC, 2013).

A respeito da implantação do programa, segundo o projeto da FASC, deve ser planejada e organizada de forma a identificar os processos que podem ser utilizados na mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários, bem como: conhecimento do território; identificação do perfil do público, implantação das condições físicas e materiais necessários para a execução do programa; mapeamento das ofertas e oportunidades para inserção ao mundo

do trabalho. A Quadro 2 detalha as ações que deverão ser executadas pela equipe de trabalho, estas serão acompanhadas e monitoradas pela PSB.

Quadro 3 - Ações esperadas da equipe de trabalho do Programa ACESSUAS Trabalho

Ações de articulação	Ações de mobilização
<ul style="list-style-type: none"> • Análise do mapa de oportunidades do Município e levantamento vocacional; • Mapeamento territorial e identificação do público do Programa; • Articulação e discussão com o Sistema S, Institutos Federais, órgãos de intermediação de mão de obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do Programa; • Identificação do público prioritário; • Prestação de orientações e informações (sobre cursos, ações de inclusão produtiva, intermediação de mão de obra).
Ações de Encaminhamento	Ações de monitoramento da trajetória
<ul style="list-style-type: none"> • Cursos - PRONATEC (Sistema S e Institutos Federais); • Ações de inclusão produtiva; • Intermediação de mão-de-obra; • Outros serviços da rede de políticas sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a cursos e ações do mundo do trabalho; • Serviços socioassistenciais; • Ações conjuntas do Programa com órgãos e entidades que ofertem ações de preparação e inclusão no mundo do trabalho.

Fonte: FASC (2012), adaptado pela autora.

3 METODOLOGIA

Após a abordagem acerca do histórico das políticas de trabalho e descrição do Programa ACESSUAS Trabalho, no contexto da inserção de cidadãos atendidos pelas políticas de assistência sociais ao mercado de trabalho, mais especificamente os moradores do município de Porto Alegre, este capítulo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa, em que é descrita a forma como esta foi realizada.

A justificativa para a utilização do estudo de caso retoma a lógica de Yin (2010), quando argumenta que este recurso contribui para a compreensão dos fenômenos sociais complexos. Ou seja, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos fenômenos contemporâneos inseridos em alguma particularidade da vida social. O trabalho consistiu em fazer um estudo de caso no período de vigência do programa que se estendeu entre os anos de 2013 a 2014.

Conforme apontam Robert K. Yin (2001) e Robert E. Stake (2000) *apud* Gil (2002), “torna-se possível definir um conjunto de etapas que podem ser seguidas na maioria das pesquisas definidas como estudo de caso, a saber: formulação do problema, definição da unidade-caso, determinação do número de casos, elaboração do protocolo, coleta de dados, avaliação e análise dos dados e preparação do relatório”.

De acordo com Gil (2002), a formulação do problema é a primeira etapa. Decorre geralmente, de um longo processo de reflexão e de imersão em fontes bibliográficas adequadas. Em relação aos estudos de caso é importante ter cuidado nesta etapa, pois consiste em garantir que o problema formulado seja passível de verificação por meio desse tipo de delineamento. Sua utilização maior é em estudos exploratórios e descritivos.

A segunda etapa é a definição da unidade-caso, consiste no que vai se analisar, se é um indivíduo, um grupo social, uma organização, uma comunidade, uma nação, etc. Os critérios de seleção variam de acordo com os propósitos da pesquisa. No referido trabalho, o critério de seleção definido foi o estudo de caso, que é desenvolvido com o propósito de auxiliar no conhecimento ou redefinição de determinado problema. Conforme Gil (2002), o pesquisador reconhece que pode ser útil para alcançar determinados objetivos.

Sobre a terceira etapa, determinação do número de casos, busca definir se o estudo de caso será de um único quanto de múltiplos casos. Optou-se neste trabalho pela definição de um único caso, pois como aponta Gil (2002), o acesso a múltiplos casos é difícil e o pesquisador tem possibilidade de investigar um deles. Neste caso, a pesquisa deve ser reconhecida como exploratória e seu objetivo é proporcionar mais familiaridade com o problema buscando trazer

respostas. Geralmente as pesquisas envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o objeto pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2002).

Quanto à quarta etapa, elaboração do protocolo, se constitui no documento que não apenas contém o instrumento de coleta de dados, mas também define a conduta a ser adotada para a sua aplicação. Consoante Gil (2002), o protocolo é uma das melhores formas de aumentar a confiabilidade do estudo de caso. O protocolo, segundo Yin (2001) apud Gil (2002) inclui as seguintes seções: visão global do projeto; procedimentos de campo; determinação das questões; e guia para a elaboração do relatório.

O processo de coleta de dados, na quinta etapa, geralmente é feita com vários procedimentos quantitativos e qualitativos. Segundo Prodanav e Freitas (2009) em uma pesquisa quantitativa considera-se que tudo pode ser quantificável, ou seja, traduzida em números opiniões e informações para classificação e análise, isto requer o uso de recursos estatísticos; já a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Neste estudo, os dados são de caráter qualitativo, para coleta de informações foram elaborados questionários (Anexos I, II e III) com perguntas aplicadas em entrevista com roteiro semiestruturado, presencial com representante da ONG Esperança Cordeiro, em 19 de outubro de 2017, com duração de uma hora e cinquenta e sete minutos (01:57), e com representante do CRAS Leste II, em 08 de dezembro de 2017, com duração de quarenta e três minutos (00:43), ambas nas sedes das respectivas instituições. Quanto à representante da FASC, não foi possível realizar entrevista, porém a técnica da PSB compartilhou informações através de contato telefônico e disponibilizando documentos referentes ao Programa em 14 de setembro de 2017.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1998, p.79).

Portanto, na pesquisa qualitativa, o social é observado através de seus significados, sendo estes passíveis de investigação, onde a linguagem dos atores sociais e suas práticas são as matérias-primas para a interpretação da realidade.

Em relação aos dados secundários, a coleta foi realizada através da exploração de dados extraídos das seguintes fontes documentais: documentos oficiais em atos legislativos e em atos administrativos (normativas, instruções operacionais, decretos, resoluções, portarias, relatórios etc.), disponibilizados pelo MDS, também acessados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e em *sites* secundários. Também foram disponibilizados, por representante da FASC, os seguintes documentos: modelo de relatório de trabalho quinzenal (Apêndice A), questionário de avaliação respondido por 15 dos 22 CRAS ao final do programa (Apêndice B) e relatório para reunião com instituições ofertantes de cursos técnicos – SENAC, SENAI e IFRS e, por representante da Associação Esperança Cordeiro, ficha de acompanhamento dos participantes (Apêndice C) e relatório de avaliação final.

Para finalizar, a última etapa consiste na análise dos dados. Para Gil (2002, p. 141) “é natural admitir que a análise dos dados seja de natureza preponderantemente qualitativa e, o mais importante, é a preservação da totalidade da unidade social”.

A pesquisa foi realizada, oportunamente, a partir de conversa informal da pesquisadora com o Presidente da FASC, Solimar Amaro, em cerimonia na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no dia 12 de setembro de 2017. Foi remetida carta de apresentação formal por meio de correio eletrônico à FASC, a partir do retorno positivo quanto à possibilidade de realização de pesquisa. Foram remetidas cartas também à Associação Esperança Cordeiro e aos CRAS, visando realizar a coleta de dados. É importante salientar que houve dificuldade no agendamento das entrevistas, no que se refere ao acesso aos profissionais envolvidos, em função de disponibilidade de agenda; além de muitos coordenadores de CRAS, do período delimitado para este estudo, não estarem mais lotados nas unidades.

Considerando o exposto, a pesquisadora avaliou as informações levantadas, a partir das teorias do Ciclo de Políticas Públicas. A delimitação do foco deste estudo foi avaliar o processo de implementação do programa ACESSUAS Trabalho na inserção dos moradores beneficiários da assistência social no Município de Porto Alegre ao mundo do trabalho, observando se os eixos propostos no Programa foram desenvolvidos no período de 2013-14.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nas seções a seguir serão apresentados os resultados da pesquisa. A primeira seção descreve o processo de implantação e implementação do programa no município de Porto Alegre, a segunda seção apresenta a avaliação, e na terceira serão apresentadas as sugestões de melhoria.

4.1 PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

A cidade de Porto Alegre foi fundada em 26 de março de 1772, quando foi criada a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, o povoamento iniciou em 1752 com a chegada de casais portugueses açorianos trazidos por meio do Tratado de Madri. Em 1821, ganhou o status de cidade pelo Imperador Dom Pedro I. Atualmente, segundo dados do IBGE⁸ de 2010 a cidade conta com 1.409.351 habitantes representando 13,2% da população do Estado do Rio Grande do Sul, área física é igual a 471,85 km², a densidade populacional igual a 2.986,86, os trabalhadores formais são estimados em 847.181 pessoas, recebendo em média 4,2 salários mínimos, que no ano de 2010 se refere a R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) mês.

O município, visando executar as atribuições relativas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, e às outras ações de inclusão produtiva, através da Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC, aderiu ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho. Conforme Resolução CNAS Nº 33, de 28 de novembro de 2011 o Programa prevê o cofinanciamento para a execução de ações de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade ao mundo do trabalho, por meio do acesso à qualificação profissional, intermediação de mão de obra, economia popular e solidária, microempreendimentos individuais e microcrédito produtivo orientado, dentre outros possíveis (Cartilha ACESSUAS Trabalho, 2012).

A FASC abriu seleção pública para celebrar convênio com entidade do terceiro setor interessada em executar o projeto em parceria com a fundação tratando das questões administrativas. Desta forma, foram abertos dois editais, em 05 e 26 de setembro de 2013. Entretanto, não houve envio de projetos ou manifestação de interessados. Ainda na gestão de 2013, houve aceite da Associação de Moradores da Vila Esperança Cordeiro através de carta convite, para a execução administrativa do Programa.

⁸ Instituto Brasileiro de Economia e Estatística, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 de dez. de 2017.

A Associação de Moradores da Vila Esperança Cordeiro foi fundada em 1977, por moradores de uma ocupação na Zona Norte de Porto Alegre – Eixo Baltazar – com moradores oriundos do interior do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que buscavam uma vida melhor trabalhando na empresa Cerâmica Cordeiro, onde atualmente está localizado o Centro Humanístico Vida⁹. A ONG iniciou o atendimento a crianças com a fundação de uma creche comunitária em 1988, e hoje atende à Educação Infantil, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público de 6 (seis) a 18 (dezoito) anos, dois núcleos de Serviço de Atendimento à Família, totalizando 2.000 (duas mil) famílias acompanhadas e 700 (setecentos) atendimentos diários à crianças e adolescentes, em nove regiões de assistência de Porto Alegre, através de parceria com a Secretaria Municipal de Educação - SMED e a FASC, contabilizando 6 (seis) convênios.

Segundo o Edital licitatório¹⁰ a entidade conveniada deveria tratar da contratação dos recursos humanos, sendo nove coordenadores regionais¹¹ com formação de nível superior, vinte e dois técnicos administrativos com formação de nível médio, destacando um profissional como referencia em cada categoria, esta quantidade de profissionais se refere à quantidade de regiões e unidades de CRAS existentes em Porto Alegre, a seleção aconteceu em 23 de outubro de 2013, na sede da Associação Esperança Cordeiro sob a supervisão da Proteção Social Básica – PSB e da FASC. Em 29 de novembro de 2013, o Presidente da FASC recebeu, em ato oficial, os 31 (trinta e um) profissionais aprovados no processo de seleção supracitado, para executar o programa, na ocasião também foi formalizado o convênio com a entidade Esperança Cordeiro, na sequência a nova equipe passou por capacitação conjunta (FASC, 2013).

Também foi responsabilidade da conveniada providenciar os recursos materiais: copiadoras/impressoras, foi realizada locação de uma multifuncional para cada unidade de CRAS; material de consumo/expediente, foi disponibilizado recurso para compra de materiais para garantia da estrutura para a equipe; e divulgação/mobilização/deslocamento: ações de comunicação social localizadas nos territórios.

O trecho da entrevista relatado, a seguir, pela representante da Esperança Cordeiro descreve como aconteceu:

⁹ O Centro Humanístico oferece atividades de inclusão social voltadas à crianças, adolescentes, jovens e idosos, através de ações de saúde, educação, esporte, lazer e cultura, além de eventos abertos à comunidade em geral.

¹⁰ Seleção pública para convênio ACESSUAS Trabalho/PRONATEC. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/acessuas_edital_02pdf.pdf>. Acesso em: 01 de jan. de 2018.

¹¹ São atribuições do coordenador regional: Coordenação das ações do Programa; planejamento das atividades a serem desenvolvidas; implantação das atividades e acompanhamento dos resultados das Metas Pactuadas pelo Município; Registrar as informações no sistema de monitoramento do ACESSUAS TRABALHO.

O papel da [ONG] Esperança Cordeiro era de execução do programa, ligando a parte administrativa à parte técnica. Foi realizada a contratação em regime de CLT dos servidores do programa com duração prevista de um ano, (período 12/2013 a 11/2014), sendo o quadro de colaboradores coordenado por um tripé composto por coordenação administrativa da instituição, coordenação técnica da Proteção Social Básica, e coordenação política do vice presidente da FASC. Não houve diferença entre as cabeças [partes] da coordenação, pois todos tinham conhecimento das áreas que envolviam o programa. No decorrer do ano ficou estabelecido uma coordenação geral, que ficou a cargo da instituição, onde na minha pessoa eram centralizadas todas as ações, ressaltando que as decisões eram tomadas pelo tripé, ou com o conhecimento deste. (informação verbal)¹².

A implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em Porto Alegre ocorreu através do Decreto Nº 17.256, de 05 de setembro de 2011, visando um novo significado para o campo de assistência social no Brasil, materializando um sistema descentralizado e participativo. Diante do novo cenário foi necessária a criação dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS¹³ e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que são unidades públicas dispostas em áreas de maior vulnerabilidade social para a ampliação do acesso aos serviços socioassistenciais, e estes respondem à Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, órgão gestor da política de assistência em Porto Alegre.

Os CRAS são referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais, pela gestão da Proteção Social Básica - PSB no território e principalmente para a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Para o programa ACESSUAS Trabalho o CRAS tem o importante papel, conforme a resolução CNAS Nº 18/2012:

Identificação e busca ativa do público prioritário;
 Mobilização e sensibilização das famílias sobre as oportunidades de acesso e de participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra;
 Divulgação do Programa, por meio de reuniões com a comunidade, palestras, oficinas, campanhas de mídia, entre outros;
 Orientação às pessoas com deficiência e suas famílias quanto às oportunidades de acesso e de participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva, por meio de visitas domiciliares;
 Cadastramento do usuário no CadÚnico;
 Encaminhamento para outras políticas públicas visando à superação das dificuldades que os impossibilitem o acesso ao mundo do trabalho, em especial as pessoas com deficiência;
 Encaminhamento para as vagas ofertadas de cursos de formação e qualificação profissional;
 Encaminhamento para órgãos de intermediação de mão-de-obra e demais instituições que promovam ações de inclusão produtiva;

¹² Entrevista concedida por representante da Associação de Moradores da Vila Esperança Cordeiro. Entrevista I. Data: 19 out. 2017. Entrevistador: Natasha carvalho Zabiela. Porto Alegre, 2017. O roteiro da entrevista encontra-se no anexo I.

¹³ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=115>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

Apoio à inclusão em serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e de transferência de renda, nos casos em que se fizer necessário, aos usuários participantes dos cursos ofertados, e suas famílias;
Identificação das barreiras que impedem o usuário ao acesso e desenvolvimento de estratégias para superá-las, em parceria com outras políticas.

Além disso, integram um técnico administrativo à sua equipe e os equipamentos de escritório necessários para execução das seguintes atividades: acolher os interessados, fazer a escuta e as orientações do programa; registrar as inscrições no sistema e o mapeamento dos inscritos; levantar e acompanhar os dados de infrequência, evasão e permanência nos cursos com diálogo permanente com as entidades executoras e o coordenador regional; preenchimento de todos os registros e documentos necessários e solicitados pelo coordenador; divulgar a lista das unidades ofertantes e a relação dos cursos oferecidos, identificar pessoas em situação de vulnerabilidade e, ou risco social, principalmente os atendidos pela PBF por meio de consulta ao CadÚnico e buscar meios de viabilizar a execução de cursos regionais. Conforme relato em entrevista com representante do CRAS é possível entender o processo:

O técnico (a) de nível superior era responsável pelos CRAS das regiões e havia um técnico administrativo inserido em cada unidade integrando a equipe, ele recebia a comunidade, explicava o programa, auxiliava na escolha do curso, realizava a pré-matrícula e emitia a carta de recomendação a ser levada no local do curso, também era realizado o acompanhamento de frequência nas aulas, caso houvesse duas faltas seguidas o aluno era evadido do curso. Os técnicos contatavam os alunos por telefone, para auxiliar e incentivar a continuidade no programa. Além disso, trabalhavam no planejamento das ações do programa. (informação verbal)¹⁴.

A equipe de coordenadores regionais reunia-se semanalmente para tratar das questões de planejamento, realizar o levantamento dos cursos com vagas em aberto, analisar os relatórios de acompanhamento de frequências, monitorava a trajetória dos beneficiários, acompanhando as frequências e realizando visitas domiciliares, nas escolas técnicas, dentre outras tarefas administrativas. Também era realizado encontro mensal de toda a equipe, oportunamente eram apresentados dados da situação atual do programa, alterações e planejamento do serviço, eram convidados a participar da reunião os técnicos e coordenadores dos CRAS, os coordenadores das regiões e os representantes da ONG Esperança Cordeiro, da FASC e PSB.

A respeito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, enquanto estratégia de gestão do Governo Federal de enfrentamento da extrema

¹⁴ Entrevista concedida por representante do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Leste II. Entrevista II. Data: 08 dez. 2017. Entrevistador: Natasha carvalho Zabiela. Porto Alegre, 2017. O roteiro da entrevista encontra-se no anexo II.

pobreza surgiu com a finalidade de enfrentar o chamado “apagão de mão de obra” brasileiro, diante de um assustador quadro de desemprego estrutural, conforme os registros do IBGE foram identificados 16,2 milhões de brasileiros com o perfil de extrema pobreza na pesquisa realizada em 2010. Seus principais objetivos são expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; busca ampliar oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada principalmente aos cidadãos atendidos pelos programas de assistência social.

Desta forma, o ACESSUAS e o PRONATEC estão atrelados, mas para que os cursos de capacitação profissional aconteçam são necessárias instituições e empresas ofertantes. Estas podem ser de diferentes naturezas jurídicas. Já no quesito entidades públicas estão inseridas as escolas públicas de ensino técnico, Institutos Federais de Educação, entre outros. E como empresas paraestatais, temos o que se convencionou chamar de sistema S, como SENAI, SENAC, SENAT, SENAR, etc.

“Os cursos a serem ofertados em cada município eram definidos conjuntamente entre a prefeitura e as instituições ofertantes, com o apoio do Governo do Estado e levando em consideração as demandas do mercado de trabalho local”. Havendo negociação quanto “ao público alvo e à vocação econômica local” e uma “atenção especial deve ser atribuída ao horário e local de realização dos cursos, que devem ser acessíveis e adequados às necessidades dos beneficiários”. (BRASIL/PRONATEC, 2013 p. 13).

As consultas para identificação de vagas disponíveis eram realizadas pelos coordenadores regionais e o levantamento repassado aos CRAS, por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Encontram-se cadastradas neste sistema todas as unidades de ensino do país credenciadas para ofertar cursos técnicos de nível médio, sendo elas públicas ou privadas, este sistema garante também que o Certificado de Conclusão seja reconhecido pelo Ministério da Educação. A oferta de cursos pelo sistema S via financiamento do governo federal, além da matrícula, proporciona aos usuários do SUAS recursos para passagem, lanche, material didático e uniforme conforme a necessidade.

O Sistema S e o Instituto Federal do Município já realizam os cursos nesta modalidade via PRONATEC. Com a implantação do ACESSUAS houve um aumento no número de vagas, a equipe de trabalho tinha a rotina de discussão para articular ações de planejamento dos cursos técnicos a serem ofertados ao público do programa, tanto nas unidades de ensino quanto nos territórios regionais conforme particularidades. Além disso, a ONG Esperança Cordeiro tinha a responsabilidade de fiscalização dos cursos segundo o relato da representante da ONG

(informação verbal)¹⁵, em entrevista “tínhamos a responsabilidade de fiscalizar os cursos técnicos, ao longo do ano houveram muitas dificuldades que foram sanadas na base do diálogo [...]”. Ainda segundo a entrevistada:

[...] as escolas, como era referenciado, realizavam cursos de boa qualidade, na sua maioria, com o passar do tempo passaram a resistir em dar as informações de controle necessárias, e se fez necessário um estreitamento no diálogo com as mesmas, e a busca de soluções mais agudas, a fim de não perdermos a qualidade de informações do nosso banco de dados. Mas, o maior problema era escassez de cursos oferecidos. (informação verbal)¹⁶.

A coordenação do programa buscou junto às equipes técnicas a realização de cursos nas comunidades, pois dentre as questões que dificultam a realização da qualificação é possível apontar, falta de recurso para fins de deslocamento, lanche, vestimenta, material didático o que em tese seria também ofertado pelo programa, mas durante a execução houve períodos sem o repasse destes recursos. Além disso, a questão dos moradores de áreas críticas afetadas pela violência ou falta de acesso a transporte público, ainda a questão familiar, como a preocupação de com quem deixar os dependentes no período de aulas, a dificuldade de inclusão social por diferentes fatos psicológicos e/ou níveis de escolaridade. A representante entrevistada no CRAS, relata sobre a experiência:

[...] pelo fato de atendermos regiões de difícil acesso, buscou-se parceria com instituições de bairro como associação de moradores e igrejas para realizar o curso na região e conseguimos realizar o curso de cuidador de idosos no CRAS do bairro Bom Jesus, houve desistências ao longo do período, mas, ao final 14 pessoas concluíram. (informação verbal)¹⁷.

Ao final da gestão a equipe do programa criou um relatório de avaliação em relação às instituições de ensino ofertantes dos cursos técnicos: SENAC, SENAI e IFRS, apontando as questões de maior dificuldade na relação e questões críticas identificadas a partir das

¹⁵ Entrevista concedida por representante do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Leste II. Entrevista II. Data: 08 dez. 2017. Entrevistador: Natasha Carvalho Zabiela. Porto Alegre, 2017. O roteiro da entrevista encontra-se no anexo II.

¹⁶ Entrevista concedida por representante da Associação de Moradores da Vila Esperança Cordeiro. Entrevista I. Data: 19 out. 2017. Entrevistador: Natasha carvalho Zabiela. Porto Alegre, 2017. O roteiro da entrevista encontra-se no anexo I.

¹⁷ Entrevista concedida por representante do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Leste II. Entrevista II. Data: 08 dez. 2017. Entrevistador: Natasha carvalho Zabiela. Porto Alegre, 2017. O roteiro da entrevista encontra-se no anexo II.

experiências dos coordenadores regionais e demais profissionais envolvidos no processo, conforme arquivo disponibilizado pela FASC¹⁸. Descrição dos principais apontamentos:

Aproximação e articulação com as instituições ofertantes;
 Estabelecimento de fluxo de comunicação permanente;
 Priorização do acesso do público do ACESSUAS aos cursos PRONATEC através da articulação prévia à abertura das vagas com as instituições ofertantes;
 Parceria na realização de cursos descentralizados nos territórios da Assistência Social;
 Implantação de mecanismo/instância de avaliação e monitoramento conjunto com instituições ofertantes dos processos de acesso, permanência e conclusão dos cursos do PRONATEC pelo público do ACESSUAS Trabalho;
 Exigência de materiais específicos e uniforme para realização de alguns cursos;
 Cursos descentralizados sem infraestrutura de recursos audiovisuais e/ou didático-pedagógicos;
 Informações incorretas no SISTEC quanto à datas e horários de alguns cursos;
 Falta de apoio para atividades extras dos cursos;
 Dificuldade do cumprimento de todas as etapas do curso pelo aluno PRONATEC;
 Demora no repasse do benefício ao educando;
 Maior flexibilização das exigências/critérios de funcionamento em benefício dos alunos quando o curso PRONATEC for executado em curto prazo. (FASC, 2014)

Rua (2009) salienta em sua obra acerca da diferença de avaliação e monitoramento no processo de implementação de políticas públicas, pois, enquanto a avaliação é o exame discreto de processos, produtos, qualidade, efeitos, impactos de ações realizadas, o monitoramento é o exame contínuo. A avaliação realizada pela equipe de trabalho permitiu a identificação dos pontos supracitados, todavia se tivesse acontecido um monitoramento efetivo das ações, os apontamentos poderiam ter sido sanados ao longo do processo e os resultados do programa seriam ainda mais satisfatórios.

Para ingresso no mercado de trabalho as equipes do CRAS orientavam os participantes a realizar cadastro junto ao SINE, indo até uma das unidades, ou via *online* no sistema Mais Emprego. Além da forma convencional, ao longo do ano a equipe de programa buscou parcerias e muitos usuários conseguiram colocar-se no mercado diretamente. Em entrevista a representante da ONG relatou que no caso dos cursos de cuidadores de idosos e educadores sociais, os empresários buscavam diretamente por profissionais nas escolas técnicas.

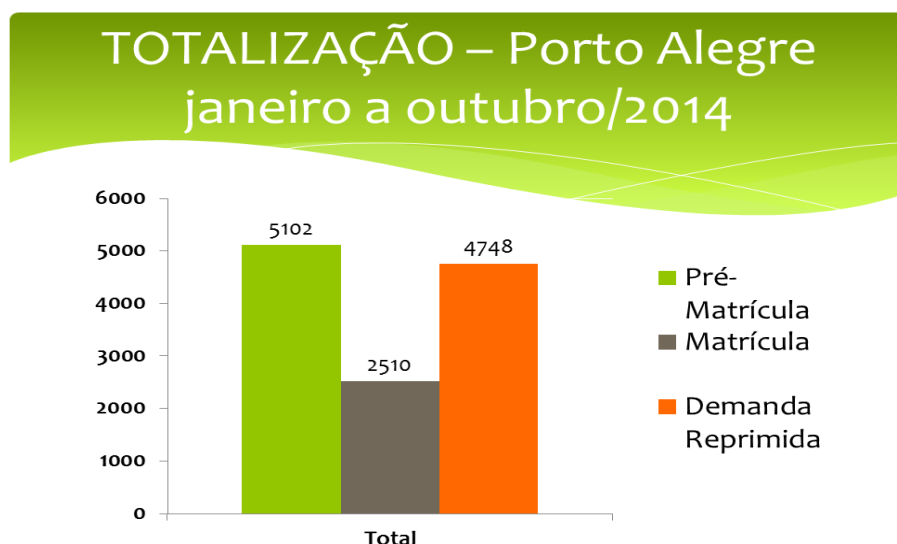
A pesquisadora não encontrou em documentos oficiais a meta do Programa para o Município de Porto Alegre, mas conforme entrevista com a representante da ONG Esperança Cordeiro a expectativa era de 200 (duzentos) atendimentos ao mês, compreendendo neste processo os três eixos – mobilização, encaminhamento e monitoramento da trajetória. Segundo

¹⁸ BINZ, I. A. **Encontro ACESSUAS Trabalho com Ofertantes de cursos técnicos** – SENAC, SENAI e IFRS – arquivo Power Point [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por assistentesocialpsb@fasc.prefpoa.com.br em 14 set. 2017.

a representante da ONG: “quando existiam vagas em aberto para os cursos técnicos o número de atendidos era maior do que o estipulado”.

Não obstante as dificuldades apresentadas na implementação do referido programa, ocorreu a formação de aproximadamente 2.000 mil usuários do CadÚnico, em um breve período de tempo, graças a atuação dos atores sociais envolvidos. Conforme representante da ONG: “Até o encerramento do programa 12/2014, estava próximo a dois mil concluintes, pois havia muitos cursos em andamento”. A figura abaixo foi extraída da apresentação de relatório quantitativo¹⁹ disponibilizado pela Associação Esperança Cordeio a respeito dos usuários cadastrado no SUAS.

Figura 4 – Apresentação quantitativa Programa ACESSUAS Trabalho



Fonte: FASC 2014.

Não foi possível identificar a parcela de cidadãos que efetivamente conseguiu ingresso/permanência no mercado de trabalho via o Programa. Os coordenadores regionais alimentavam planilha em Excel com estes dados, no entanto, devido à demanda de trabalho para a equipe, foi priorizado na gestão 2013-14, a questão da qualificação profissional (matrícula, acompanhamento do trajeto e formatura).

¹⁹ AZEVEDO. M. E. **Apresentação do levantamento quantitativo e apontamentos de pontos positivos e de dificuldades ACESSUAS Trabalho** – arquivo Power Point [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <esperancacordeio@superig.com.br> em 30 out. 2017.

4.2 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

Podemos entender por diagnóstico situacional ou organizacional o resultado de um processo de coleta, tratamento e análise dos dados colhidos no local onde se deseja realizá-lo. Esses dados são oriundos da participação efetiva das pessoas que atuam no local de estudo. O diagnóstico pode ser considerado como uma das mais importantes ferramentas de gestão. É um levantamento dos pontos fracos para, posteriormente, apontar sugestões de melhoria a fim de alcançar melhores resultados para o programa e, desta forma, alcançar maior número -de usuários (REZENDE et al. ,2010).

E, conforme a teoria do ciclo de políticas públicas e utilizando-se da etapa de avaliação. Nos meses de novembro e dezembro de 2014, período de encerramento do programa ACESSUAS Trabalho, os técnicos, coordenadores de CRAS, juntamente com a equipe da PAIF e supervisor regional foram convidados pela FASC a responder um questionário de avaliação do programa, a partir dos objetivos técnicos, conforme Apêndice B. Dos 22 (vinte e dois) CRAS existentes, 15 (quinze) deram retorno. Utilizou-se tais respostas para auxiliar na construção do diagnóstico situacional. Cabe ressaltar que, por tratar-se de implantação e implementação de um programa novo, deparamo-nos com uma serie de entraves, o quadro a seguir retrata os principais problemas:

Quadro 3 – Apontamento de problemas do Programa ACESSUAS Trabalho

PROBLEMA	DESCRIÇÃO
Infraestrutura	Falta de espaços adequados para realização de treinamentos e reuniões, tanto para os usuários, quanto para a equipe de trabalho.
Falta de linha telefônica e internet	Na maior parte do período os CRAS não receberam recursos financeiros para manter ativa a linha telefônica e internet.
Treinamento para equipe	Falta de treinamento apropriado à equipe contratada para execução do programa.
Falta de definição metodológica	O acompanhamento às famílias atendidas pelo Programa ACESSUAS, aconteciam conforme definido por cada CRAS, dificultando desta forma o efetivo monitoramento.
Qualificação técnica da equipe de trabalho	Falha no processo de seleção da equipe que desenvolveria o Programa em epígrafe, pois foi relatado que muitos colaboradores não estavam preparados para atender ao público da assistência social.
Dificuldade de relacionamento	Houve dificuldade de integração dos grupos que participavam do programa em questão. Apesar de ocorrerem reuniões semanais e mensais, a gestão ocorria de forma vertical.

Falta de repasses financeiros	Ocorreram períodos com falta de repasses de recursos ao Programa, o que ocasionou aos usuários a falta de: material didático, lanche e recursos para fins de deslocamento e assim evasão de matriculados.
Dificuldade de inclusão social	Por diferentes fatos psicológicos e/ou níveis de escolaridade; moradores de áreas críticas afetadas pela violência ou falta de acesso a transporte público; preocupação de com quem deixar os dependentes menores no período de aulas.
Dificuldades com os cursos técnicos	Falta de programação do ano prévia por parte das empresas ofertantes, pouca oferta de cursos, escassez de cursos para pessoas com baixa escolaridade.
Controle de frequência	Demora do repasse de informações quanto a frequência dos alunos, por parte das instituições ofertantes de curso técnico aos CRAS.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar os problemas apontados é possível perceber que são principalmente de caráter administrativo, e que as questões são passíveis de adequação para um melhor aproveitamento do programa por parte dos usuários da assistência social. Conforme Secchi (2010, p. 49) a fase de avaliação *ex post* é a “oportunidade de se conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou”. Para tanto, se faz necessário o estabelecimento de critérios, que são mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos, no caso estudado, conforme a teoria de Secchi podemos considerar a eficiência administrativa e a equidade como os principais.

4.3 SUGESTÕES DE MELHORIA

Conforme divulgado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, foi estabelecido na Resolução CNAS n° 03 de 19 de abril de 2017, o ajuste das metas de execução do Programa ACESSUAS Trabalho que deveria ser realizado por todos os municípios com saldo de recursos financeiros, igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no respectivo fundo de assistência social, até 31 de março de 2017. No caso do Município de Porto Alegre, houve a repactuação e a previsão é de que o programa volte a ser executado em 2018²⁰ com 3.600 (três mil e seiscentos) vagas de cursos técnicos disponíveis ao público beneficiário da assistência social. Considerando este fato, abaixo serão sugeridas possibilidades de melhoria visando à evolução na execução das atividades propostas pelo programa e no aumento do alcance de profissionais capacitados.

²⁰ A vigência do programa foi restabelecida pela Resolução CNAS N° 27, de 14 de outubro de 2014.

Maria da Graça Rua (2009) define a implementação de uma política pública como um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas em uma política. Buscando rever decisões tomadas que não foram efetivas, como forma de amenizar as situações apontadas no diagnóstico situacional, levando-se em consideração a análise dos dados coletados, sugerimos o que segue:

Sobre a infraestrutura, linha telefônica e internet sugere-se que seja previsto no orçamento do programa a locação de espaço físico ou adequação de espaço regionais dos CRAS ou ainda, negociação com associações da comunidade para garantia que este fato não seja empecilho para realização de treinamentos, reuniões dentre outras necessidades do programa. A previsão financeira para mensalidades de telefone e internet aos CRAS para garantir que estes meios básicos de comunicação não sejam um entrave para a realização de um bom atendimento aos usuários do programa.

Quanto ao apontamento dos problemas de treinamento para a equipe e a falta de metodologia, nos permite perceber o quanto o planejamento é importante para implantação de uma política pública, pois para que os objetivos definidos sejam alcançados se faz necessário uma equipe qualificada e alinhada. Segundo Secchi (2010) a eficiência administrativa é o critério que se refere à aplicação dos instrumentos administrativos recomendados no planejamento; as conformidades administrativas seguidas durante a implementação.

Além disso, para garantir um alinhamento técnico sugerimos que na seleção de pessoal para compor a equipe de trabalho, seja priorizado o perfil adequado das pessoas para trabalharem com os usuários do ACESSUAS, e especialmente perfil para atuarem dentro de uma equipe, com avaliações constantes deste processo, que se apresentou fragmentado; além disso é imprescindível que a equipe receba treinamento prévio adequado sobre a política da assistência social/inclusão produtiva, inclusive com conteúdo do alinhamento conceitual, para facilitar a inserção desta equipe no trabalho dos CRAS.

Buscando extinguir as dificuldades de integração entre as equipes sugerimos que os atores sociais envolvidos no processo tenham representação efetiva nas reuniões de trabalho, visando contemplar as diversas particularidades das regiões, mas principalmente que a coordenação do programa tenha uma gestão aberta para receber sugestões dos técnicos que estão nas “pontas” vivenciando as diversas questões da realidade social. No ciclo de políticas públicas o processo se enquadra na etapa de formação das alternativas e tomada de decisão, conforme Rua (2009 p. 35):

[...] após a inclusão do problema na agenda e alguma análise deste, os atores começam a apresentar propostas para sua resolução. Essas propostas expressam interesses diversos, os quais devem ser combinados, de tal maneira que se chegue a uma solução aceitável para o maior número de partes envolvidas. Ocorre, então, a tomada de decisão.

A respeito da dificuldade de inclusão social a sugestão é melhorar os mecanismos de acompanhamento dos usuários do Programa ACESSUAS, através de sistema informatizado, dando suporte e buscando verificar as razões que os levaram à evasão dos cursos e com a colaboração da equipe de assistência social, já atuante nos CRAS buscando meios de sanar tais dificuldades; também se faz necessário o planejamento de ações visando integrar este público, inclusive buscando a ampliação de parcerias com a finalidade de disponibilizar locais dentro das comunidades de difícil acesso para ministrar os cursos técnicos, minimizando riscos.

Com as instituições ofertantes dos cursos, é evidente a necessidade de aproximação com a coordenação do ACESSUAS buscando estabelecer um cronograma de cursos para o ano, desta forma facilitando o trabalho dos CRAS no que se refere à divulgação do programa e orientação aos cidadãos inscritos no CadÚnico. Neste planejamento deve ser levado em conta à baixa escolaridade do público atendido, e a necessidade de realização de cursos nas regiões críticas, também é importante pensar em meios que garantam o repasse do auxílio financeiro aos usuários, ou ainda a flexibilização das exigências, no que se refere à evasão dos cursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi avaliar o processo de implementação do Programa ACESSSUAS Trabalho, no Município de Porto Alegre, em seu período de vigência 2013/2014. Sendo parte integrante do Plano Brasil Sem Miséria, eixo inclusão produtiva, o Programa está organizado em três princípios fundamentais: mobilização, encaminhamento e monitoramento da trajetória do usuário de assistência social ao mundo do trabalho, a meta estabelecida pelo município foi de atendimento de 200 (duzentos) cidadãos ao mês. O objetivo geral do estudo foi avaliar o processo de implementação do programa ACESSSUAS Trabalho no que tange à inserção laboral do público atendido, no Município de Porto Alegre, em sua edição 2013-14. Para tanto, foi necessário realizar pesquisa documental e buscar dados qualitativos a partir das percepções dos diferentes atores sociais envolvidos, os quais permitiram a compreensão do processo analisado a partir da revisão bibliográfica que trata sobre Políticas Públicas.

Este programa representa uma das principais estratégias para melhorar a inserção dos usuários da assistência social no mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social, facilitando os encaminhamentos para os cursos profissionalizantes oferecidos pelo PRONATEC.

O Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSSUAS – busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio do incentivo e da mobilização à integração ao mundo do trabalho. Possui, ainda, estreita articulação com o Plano Brasil Sem Miséria, com a promoção de estratégias, ações e medidas de enfrentamento à pobreza, por meio de mobilização de usuários; monitoramento da execução das ações do Programa e articulação com diferentes parceiros e políticas públicas.

O desafio atual do Programa ACESSSUAS Trabalho é construir e adotar estratégias que ampliem a eficiência das ações diante das características atuais do mundo do trabalho, que implicam novas formas de qualificação e formação profissional, para continuar transformando a vida da população em situação de vulnerabilidade social e, por conseguinte, contribuir para a redução das desigualdades sociais existentes no Brasil.

Conclui-se que este Programa teve êxito no que se refere à capacitação dos usuários do CadÚnico, quanto ao acompanhamento, avaliação e monitoramento, por se tratar de um Programa novo, cuja avaliação de implantação e implementação, ocorreu no período de 2013/2014. Neste curto espaço de tempo, considerando as fragmentações da execução de um

processo complexo que lida com a inclusão social dos usuários do CadÚnico, foi obtida a conclusão de cursos técnicos de aproximadamente 2.000 usuários.

Contudo, a implementação dessa Política Pública não teve mecanismos que permitissem acompanhar a efetiva inserção e manutenção dos beneficiários no mercado de trabalho. Havia um banco de dados, em formato de planilha em Excel, que era alimentado pelos coordenadores regionais, porém, devido à limitação de pessoal/recursos, este acompanhamento não foi priorizado e nem mesmo considerado na apresentação final de dados quantitativos atingidos pelo programa. Diante do exposto, podemos concluir que este foi um hiato no processo de implementação do Programa ACESSUAS Trabalho, admitindo que o monitoramento, quanto à inclusão e permanência dos participantes no mercado de trabalho, é um dos principais eixos deste Programa.

Para dar continuidade no Programa ACESSUAS Trabalho foi estabelecido pela Resolução CNAS nº 03 de 19 de abril de 2017, o ajuste das metas de execução do Programa. Neste caso, para 2018, serão ofertadas 3.600 vagas de cursos técnicos disponíveis ao público beneficiário da assistência social. Acreditamos que, em sua nova fase em 2018, uma vez que ocorreu a repactuação do Município de Porto Alegre ao Programa, e com a experiência obtida anteriormente, este alcançará um maior número de usuários capacitados, bem como sua inserção no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, M. E. **Apresentação do levantamento quantitativo e apontamentos de pontos positivos e de dificuldades ACESSUAS Trabalho** – arquivo Power Point [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <esperancacordeiro@superig.com.br> em 30 out. 2017.

BECKER, Mariana L. **Políticas Sociais no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)**. UNICAMP. Campinas, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12.mai.2017.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução Nº 145 de 15 de outubro de 2004. **Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de out. de 20.

_____. Decreto Nº 7.492 de 2 de julho de 2011. **Institui o Plano Brasil Sem Miséria**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm>. Acesso em: 20.mai.2017.

_____. Decreto Nº 7.492 de 2 de julho de 2011. **Institui o Plano Brasil Sem Miséria**. Disponível em: Acesso em: 30.ago.2017.

_____. LEI Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre organização da Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>. Acesso em: 01.mai.2017.

_____. LEI Nº 10.836 de 09 de janeiro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC**. Brasília, DF: 2011.

_____. LEI Nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Brasília, DF: 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome . **CRAS**. Centro de Referência de Assistência Social. Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em 05.jun.2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH/SUAS**. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria N° 143, de 06 de julho de 2012**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho. Diário oficial da União, Brasília, v.130, p.81, 6.jul.2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho**. Caderno de orientações técnicas. Brasília, DR: 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Acessuas.pdf>. Acesso em: 18.ago.2017.

_____. Resolução N° 18 de 24 de maio de 2012. **Institui Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho**. Disponível em: <<http://ww.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 30.abr.2017.

_____. Resolução N° 506/07. **Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT**. Disponível em: <portalfat.mte.gov.br/codefat/composicao-codefat/>. Acesso em: 30.mai.2017.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Humanos. **O que são Políticas Públicas**. Disponível em <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticPublicas.pdf> Acesso em: 25.jun.2017.

BINZ, I. A. **Encontro ACESSUAS Trabalho com Ofertantes de cursos técnicos – SENAC, SENAI e IFRS** – arquivo Power Point [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por assistentesocialpsb@fasc.prefpoa.com.br em 14 set. 2017.

CASTRO, Jorge A. e JUNIOR, Celso C. **Políticas sociais no Brasil: Gasto Social do Governo Federal de 1988 a 2002**. Disponível em:

<http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_6-10.pdf> Acesso em: 05.jul.2017.

CARAVANTES, Geraldo R.; BJUR, Wesley. **Readministração em Ação**. A prática da mudança rumo ao sucesso. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos**: desafios conceituais e metodológicos. Revista de Administração Pública, v. 37, n 5, set-out 2003.

FERNANDES, A. S. A. **Políticas públicas**: definição, evolução e o caso brasileiro. Disponível em: <http://serv01.informacao.andi.org.br/b6d71ce_114f59a64cd_-7fcc.pdf>. Acesso em: 05.jul.2017.

FLEURY, Maria Tereza Leme e FISCHER, Rosa Maria. **Relações de trabalho e políticas da gestão: uma história das questões atuais**. In: Revista de Administração, São Paulo v. 27, n. 4, p. 5-15, out/dez. 1992.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (FASC). **CRAS**. Projetos Técnicos. Proteção Social Básica 2010. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008. IBGE. **Síntese do município 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>>. Acesso em: 19.nov.2017.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados. São Paulo: IEA USP. Volume 17, Nº 48, p. 151-166, mai./ago. 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

PEREIRA, José Matias. **Repensando a Administração Pública**: o futuro do Estado de bem-estar. In Revista de Informação legislativa. Brasília, ano 36, n. 142 abr./jun. 1999.

PRODANAV, C.C e FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científica**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo, Editora Feevale, 2009.

REZENDE, A.C.; et al. **Diagnóstico Situacional da Unidade Básica de Saúde Barreiro de Cima**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/portalprosaudebh/images/>

pdf/BC_diagnostico.pdf> Acesso em: 19.nov.2017.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Curso de Especialização em Gestão Pública. UAB/CAPES, UFSC, Florianópolis, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. **Assistência Social e inclusão produtiva: algumas indagações**. SEPE, 2013. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Souza_14.pdf> Acesso em: 09.nov.2017.

TAFNER, Paulo 2006. **Brasil: o estado de uma nação**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2006/cap7_politicas.pdf>. Acesso em 21.out.2017.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Revista AATR, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politicas-Publicas>>. Acesso em: 21.out.2017.

TREVISAN. Andrei Pittol; BELLEN. Hans Michael van. **Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, RJ. Maio/Junho 2008.

VARGAS, N. **Tendências de mudanças no processo de trabalho na construção civil**. In: Anais Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão, 1988.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – RELATÓRIO DE TRABALHO QUINZENAL CRAS

PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO - RELATÓRIO DE TRABALHO QUINZENAL

Território do CRAS: _____

Quinzena: () 1ª () 2ª Mês: _____ Ano: 2014

Dados Quantitativos:

1. Ações de Mobilização/Divulgação:
 - Nº Usuários Abordados no CRAS:
 - Nº Contato Usuários Beneficiários do Bolsa Família:
 - Nº Contato Usuários com NIS:
 - Nº Contatos Telefônicos Demanda Reprimida:
 - Nº Participação em Fóruns do Território:
 - Nº Visita Institucional de Divulgação:
 - Nº Entidades/Serviços envolvidos na Busca Ativa:
 - Nº Participação em Ações e Eventos Comunitários:

2. Ações de Articulação p/ cursos descentralizados:
 - Nº Entidades Território Visitadas:
 - Nº Parcerias Fechadas p/ execução de cursos no Território:
 - Nº Unidades Ofertantes Visitadas:
 - Nº Contatos telefônicos e/ou on line com Ofertantes:

3. Ações de Acompanhamento e Monitoramento da trajetória:
 - Nº Contatos telefônicos com usuários pré-matriculados
 - Nº Contatos telefônicos com usuários matriculados/em curso
 - Nº Visita institucional de Mediação Intercorrências com Ofertante
 - Nº Educandos encaminhados pelas equipes PAI/SAF/PAEFI
 - Nº Educandos que ingressaram por demanda espontânea
 - Nº Educandos Bolsa Família
 - Nº Evasões
 - Nº cumulativo de concluintes

Dados Qualitativos:

Listar:

Fatores Facilitadores da permanência e conclusão nos cursos

Motivos das evasões

Coordenador Regional:

APÊNDICE B – DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PELOS CRAS

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

AVALIAÇÃO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO

CRAS _____

Considerando o encerramento iminente do Programa ACESSUAS Trabalho, edição 2013 a 2014, solicitamos que cada coordenador de CRAS, juntamente com sua equipe PAIF e supervisor, façam uma avaliação da execução e funcionamento do mesmo, a partir dos objetivos técnicos que seguem abaixo:

1. Vinculação do Programa ACESSUAS Trabalho à gestão técnica dos serviços socioassistenciais do território de CRAS:

Plenamente Satisfatório Satisfatório Insuficiente

Considerações Técnicas:

2. Integração do Programa ACESSUAS Trabalho com a equipe PAIF, enquanto programa complementar as ações deste:

Plenamente Satisfatório Satisfatório Insuficiente

Considerações Técnicas:

3. Integração do Programa ACESSUAS Trabalho com a equipe profissional do CRAS e suas rotinas de trabalho:

Plenamente Satisfatório Satisfatório Insuficiente

Considerações Técnicas:

4. Articulação do Programa ACESSUAS Trabalho aos processos de planejamento das ações do CRAS (gestão socioterritorial):

Plenamente Satisfatório Satisfatório Insuficiente

Considerações Técnicas:

5. Articulação do Programa ACESSUAS Trabalho aos processos de planejamento das ações do PAIF:

() Plenamente Satisfatório () Satisfatório () Insuficiente

Considerações Técnicas:

6. Sistemática de acompanhamento das trajetórias educacionais dos usuários matriculados:

() Plenamente Satisfatório () Satisfatório () Insuficiente

Considerações Técnicas:

7. Acolhimento e atenção da equipe administrativa do Programa ACESSUAS Trabalho aos usuários do território do CRAS:

() Plenamente Satisfatório () Satisfatório () Insuficiente

Considerações Técnicas:

8. Competência técnica do coordenador regional do Programa ACESSUAS Trabalho quanto aos processos de articulação, mobilização e acompanhamento:

() Plenamente Satisfatório () Satisfatório () Insuficiente


Considerações Técnicas:

Obs.: o espaço “considerações técnicas” deverá ser preenchido na medida que avaliem pertinente pontuar fluências ou intercorrências relacionadas ao funcionamento do Programa.

9. Relacionar sugestões para uma reestruturação do formato de gestão e funcionamento do Programa, considerando a perspectiva de uma próxima edição no município de Porto Alegre.

CONTRIBUIÇÕES PARA A REFORMATÃO DO PROGRAMA

APÊNDICE C – FICHA DE ACOMPANHAMENTO PARTICIPANTES ACESSUAS TRABALHO

ACESSUAS TRABALHO / PRONATEC				Data Atendimento	 <small>Fundação de Assistência Social e Cidadania FASC</small>
CRAS _____ / FASC					
NOME DO USUÁRIO:					
CPF:		RG:			
NIS:		NATURALIDADE:			
DATA NASCIMENTO:		COR:			
SEXO:		DEFICIÊNCIA:			
EMAIL:				FONE:	
ENDEREÇO:					
BAIRRO:				CEP:	
RESPONSÁVEL LEGAL:					
ESCOLARIDADE:					
ESCOLA ONDE ESTUDA OU DA ÚLTIMA:				ANO:	
ÁREAS DE INTERESSE PARA FORMAÇÃO:					TURNO:
PERFIL					
PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:					
ESTÁ DESEMPREGADO?					
ESTÁ RECEBENDO SEGURO DESEMPREGO?					
ATIVIDADE PROFISSIONAL ANTERIOR:					
DECLARAÇÃO DE ETNIA:					
DATA PRÉ MATRÍCULA	INSTITUIÇÃO DE ENSINO			MATRÍCULA	
DATA INÍCIO CURSO	CURSO				
SITUAÇÃO 1		SITUAÇÃO 5			

SITUAÇÃO 2		SITUAÇÃO 6	
SITUAÇÃO 3		SITUAÇÃO 7	
SITUAÇÃO 4		SITUAÇÃO 8	
MOTIVO: =====>			
<hr/> Assinatura Usuário			

ANEXOS

ANEXO I - Roteiro de entrevista semiestruturada para ONG:

1. Nome, formação, há quanto tempo está na instituição e qual o seu cargo?
2. Conte um pouco da história da ONG Esperança Cordeiro e quais os programas de Assistência Social a instituição atende?
3. Como foi o processo de ingresso da ONG na administração do Programa ACESSUAS Trabalho?
4. Como se deu o trabalho da ONG, quanto à administração da política?
5. Como foi a relação com os Gestores da FASC?
6. Como foi a relação com os CRAS?
7. Como foi a relação com os Sistema S?
8. Poderia relatar algumas experiências proporcionadas pelo programa?
9. Qual a importância do programa?
10. Seria possível comparar o Programa ACESSUAS Trabalho, com o Pronatec ou outro relacionado à Assistência Social?
11. Quantas pessoas efetivamente conseguiram finalizar os cursos, poderia passar alguns dados em números?
12. Qual legado a programa deixa para a ONG Esperança Cordeiro?
13. Quais foram os principais problemas enfrentados?
14. Quais suas sugestões de melhoria?

ANEXO II - Roteiro de entrevista semiestruturada para CRAS:

1. Nome, formação, há quanto tempo está na instituição e qual o seu cargo?
2. Conte um pouco da história do CRAS e de sua trajetória:
3. Como se deu o trabalho da CRAS, quanto à administração da política?
4. Como foi a relação com os Gestores da FASC?
5. Como foi a relação com a ONG Esperança cordeiro?
6. Como foi a relação com os Sistema S? Quais cursos eram ofertados, como funcionava o processo de verificação de vagas?
7. Poderia relatar algumas experiências proporcionadas pelo programa?
8. Qual a importância do programa?
9. Quantas pessoas efetivamente conseguiram finalizar os cursos, poderia passar alguns dados em números? Existe um acompanhamento dos beneficiários que ingressaram no mercado de trabalho?
10. Qual legado a programa deixa para o CRAS e para a sociedade como um todo?
13. Quais foram os principais problemas enfrentados?
14. Quais suas sugestões de melhoria?

ANEXO III - Roteiro de entrevista semiestruturada para FASC:

1. Nome, formação, há quanto tempo está na FASC e qual o seu cargo?
2. Como foi o processo de adesão do Município de Porto Alegre na política ACESSUAS Trabalho?
3. Como se deu o trabalho da FASC, quanto à administração da política?
4. Como foi a relação com os Gestores da ONG Esperança Cordeiro?
5. Como foi a relação com os CRAS?
6. Como foi a relação com os Sistema S?
7. Poderia relatar algumas experiências proporcionadas pelo programa?
8. Qual a importância do programa?
9. Quantas pessoas efetivamente conseguiram finalizar os cursos, poderia passar alguns dados em números?
11. Qual legado o programa deixa para a FASC?
12. Quais foram os principais problemas enfrentados?
13. Quais suas sugestões de melhoria?